



SMA

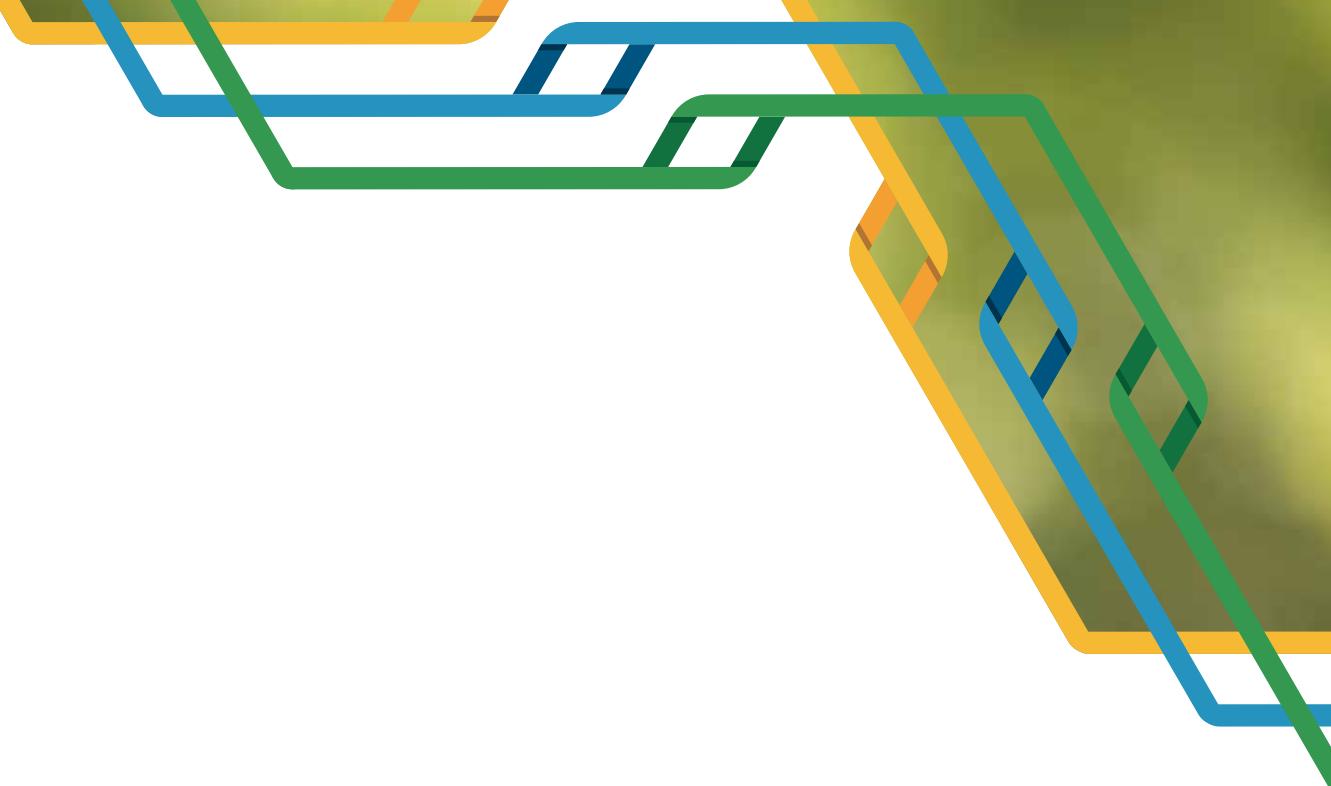
Relatório bienal
2023 – 2024
Inovações e Entregas

SECRETARIA DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E
ASSUNTOS ECONÔMICOS

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





SMA

Relatório bienal
2023 – 2024
Inovações e Entregas

SECRETARIA DE
**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E
ASSUNTOS ECONÔMICOS**

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Presidente do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

Secretaria Nacional de Planejamento

Virginia de Angelis Oliveira de Paula

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Secretaria Adjunta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida



Secretaria de
Monitoramento e
Avaliação de
Políticas Públicas e
Assuntos Econômicos

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

Secretário Adjunto de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Subsecretário de Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Daniel da Silva Grimaldi

Subsecretário de Gestão, Formulação e Uso de Avaliação de Políticas Públicas

Rodrigo de Castro Luz

Subsecretaria de Revisão do Gasto Público

Rebeca Regina Regatieri

Elaboração

Andréia Rodrigues dos Santos

Daniel da Silva Grimaldi

Gustavo Teixeira Lino

Iara Eliza Pacífico Quirino

Kathleen Souza Oliveira Machado

Luiz Fernando Arantes Paulo

Leonardo Carvalho de Mello

Mylene Greidinger Campos Coutinho

Patrícia de Campos Couto

Rafael da Silva Vasconcelos

Rebeca Regina Regatieri

Rodrigo de Castro Luz

Sergio Pinheiro Firpo

Wesley Matheus de Oliveira

Equipe Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

André Esteves da Silva

Andréia Rodrigues dos Santos

Antônio Paulo Barea Coutinho

Artur Henrique da Silva Santos

Carlos Renato de Melo Castro

Cintia Beatriz Fonseca

Daniel da Silva Grimaldi

Fernando Lima Madeira

Filipe Tomaz Figueiredo Duarte

Flávio Lírio Carneiro

Gustavo Teixeira Lino

Iara Eliza Pacífico Quirino

Joséffram Almeida Soares

Kathleen Sousa Oliveira Machado

Leandro de Lima Lira

Leonardo Carvalho de Mello

Luís Filipe de Miranda Grochocki

Luiz Fernando Arantes Paulo

Marcelo Prudente de Assis

Marcos Cesar Chaves da Fonseca

Martha Ricardo Correa B. Mouterde

Mirian Martins Ribeiro

Mylene Greidinger Campos Coutinho

Patrícia de Campos Couto

Rafael da Silva Vasconcelos

Rafael Gustavo Bordin

Rebeca Regina Regatieri

Renato Moura Cavalcanti da Silva

Roberta da Silva Vieira

Rodrigo de Castro Luz

Ronan Luiz da Silva

Sergio Pinheiro Firpo

Sérgio Ricardo dos Santos Rosa

Wesley Matheus de Oliveira

Secretaria Executiva – MPO

Coordenadora de Design

Viviane Barros

Assistente de Design

Ivan Sasha

Aprendizes de Design

Micer Santos

Douglas Saymon

Imagens

Adobe Stock

Imagens tratadas com o auxílio de ferramentas gerativas de inteligência artificial

Informações

E-mail: gabin.sma@planejamento.gov.br

Última alteração: 23 de abril de 2025

**É permitida a reprodução total ou parcial,
desde que citada a fonte.*

Acesse



[https://www.gov.
br/planejamento/
pt-br/assuntos/
avaliacao-de-po-
liticas-publicas-1/
relatorios-bienais](https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/relatorios-bienais)

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento

Siga o MPO

-  @planejamentoeorcamento
-  @planejamentoeorcamento
-  @MinPlanejamento

Sumário

Mensagem do Secretário	11
Agradecimentos	13
1 A Criação da SMA	17
2 Apresentação Institucional	21
3 Visão de Futuro	25
4 Inovações Institucionais e Processuais	31
4.1 Inovações Institucionais	31
4.1.1 Reformulação da arquitetura institucional da SMA, com a criação da Subsecretaria de Revisão do Gasto Público	31
4.1.2 Desenvolvimento da Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas como uma ferramenta da SMA para o Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação (SM&A)	32
4.1.3 PLDO + Revisão de Gastos	32
4.2 Inovações Processuais no CMAP	33
4.2.1 Realização de avaliações executivas	33
4.2.2 Instituição da função Coordenador Técnico de Avaliação	34
4.2.3 Reformulação dos critérios e do processo de seleção das políticas a serem avaliadas	34
4.2.4 Resolução nº 7 CMAP, de 29 de abril de 2024	34
4.2.5 Qualificação das propostas de aprimoramento para as políticas públicas avaliadas	35
4.2.6 Plano de Ação dos Gestores para as Propostas de Aprimoramento	35
4.2.7 Aprimoramento na comunicação dos resultados das avaliações	35
4.2.8 Avaliações sensíveis a raça e gênero	38
5 Eixos de Atuação	43
5.1 Apoio ao Aprimoramento de Políticas Públicas	43
5.1.1 Piso de Enfermagem	43
5.1.2 Vagas de Medicina	43

5.1.3	Simples Nacional – GT	44
5.1.4	Avaliação de projetos submetidos à COFEX – Comissão de Financiamentos Externos	44
5.1.5	Política Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)	45
5.1.6	Análise <i>Ex Ante</i> do Qualifica PAC	45
5.1.7	Análise <i>Ex Ante</i> da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (PNADEMPE)	46
5.1.8	Plano de M&A do Bolsa Verde	46
5.1.9	Novo EJA	47
5.1.10	Plano de M&A da Nova Indústria Brasil (NIB)	48
5.1.11	Proposta de Alteração Fundo de Participação dos Municípios	48
5.1.12	Proposta de Padronização das Cartilhas Ministeriais para melhorar a Captação de Recursos de Emendas Parlamentares	49
5.1.13	Análise da relação entre o Programa Bolsa Família e a informalidade	49
5.2	Monitoramento de Subsídios da União	50
5.2.1	Relatório do Orçamento de Subsídios 2023	51
5.2.2	Relatório do Orçamento de Subsídios 2024	51
5.3	Revisão de Gastos	52
5.3.1	GT de Revisão de Gastos	52
5.3.2	Assessoramento ao GT do INSS	55
5.3.3	Workshop Seguro Rural no Brasil - Políticas Públicas e Mudança Climática	56
5.4	Debate Público	57
5.4.1	Série de Seminários “Avaliação e Melhoria do Gasto Público”	57
5.4.1.1	Reforma Tributária	57
5.4.1.2	Agenda Ambiental	58
5.4.1.3	Igualdade Racial	58
5.4.2	1º Fórum Nacional de Avaliação	59

5.5 CMAP	59
5.5.1 Ciclo 2022-2023	59
5.5.2 Ciclo 2023-2024	61
5.5.3 Ciclo 2024- 2025	62
5.6 Rede de Monitoramento e Avaliação	63
5.6.1 Censo de M&A	63
5.6.2 GT de Monitoramento e Avaliação Conseplan	63
6 Presença na Mídia e Eventos	69
7 Próximos Passos	75
7.1 Projetos do Planejamento Estratégico Institucional MPO para 2025	75
7.2 Outros projetos previstos para 2025	76
7.2.1 Aplicativo BORA	76
7.2.2 Atualização trilha de aprendizagem “Avaliação de Políticas Públicas” e do curso “Avaliação ex post de Políticas Públicas” oferecidas pela ENAP	77
7.2.3 Ambiente Seguro de Análise de Políticas Públicas	77
8 Para onde ir?	81

Mensagem do Secretário

O Brasil enfrenta desafios fiscais significativos, que exigem medidas de ajuste que priorizem eficiência, equidade e sustentabilidade ambiental. A partir do exercício sistemático de produção e uso de evidências conectadas às janelas de formulação e revisão de políticas públicas, a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) se insere como um componente relevante da atuação estatal que toma a sustentabilidade fiscal como base e se propõe promotora de ganhos difusos de produtividade na economia, mais inclusiva social e transversalmente, e mais adaptada e resiliente às mudanças climáticas em curso.

É com o compromisso de fortalecer a agenda de avaliação no País, aprimorar continuamente a qualidade do gasto público e assegurar práticas de transparência ativa em torno da atuação do Estado, que apresentamos o Relatório Bienal de Entregas da SMA referente aos anos de 2023 e 2024.

Ao longo desse período, a SMA se empenhou na análise e avaliação de Políticas Públicas, tendo como objetivo final a síntese, produção, disseminação e uso de evidências que possibilitem decisões informadas acerca das políticas públicas já em curso ou em vias de serem implementadas. Também atuou na consolidação de processos e marcos normativos voltados a garantir perenidade às atividades relacionadas à avaliação, redesenho e revisão de políticas públicas.

Desta forma, a atuação da SMA tem buscado gerar impacto sobre a melhoria da qualidade do gasto público. Entendendo que a qualidade do gasto é uma média ponderada da qualidade de cada uma das políticas públicas, em que os pesos são as alocações orçamentárias, há duas formas não-excludentes de o processo avaliativo aumentar a qualidade do gasto público. A primeira é o uso do resultado de cada avaliação como insumo para o aperfeiçoamento da política pública. A segunda é incidindo diretamente sobre a alocação orçamentária, dando mais peso orçamentário às políticas mais bem avaliadas.

Este documento reúne as principais entregas e inovações alcançadas até o momento e detalha os avanços obtidos durante o amadurecimento institucional da SMA. São apresentados os desafios enfrentados e as lições aprendidas, elementos fundamentais para o aprimoramento contínuo de seus projetos, processos e atividades.

Finalmente, este relatório busca consolidar e preservar a memória institucional da recém- criada SMA, mas que já se apresenta como referência na avaliação e monitoramento de políticas públicas, reafirmando assim a responsabilidade da Secretaria com uma gestão pública baseada em evidências sólidas e no atendimento das finalidades públicas.

Atenciosamente
Sergio Firpo

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA)

Agradecimentos

Este relatório é fruto do trabalho coletivo de todos os colaboradores que passaram pela SMA nesses últimos dois anos: o corpo técnico de servidores e a equipe de suporte ao gabinete.

Agradecimento especial vai à equipe e à generosidade do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja parceria tem sido fundamental para que entregássemos os produtos aqui elencados.

O nível de maturidade e a qualidade dos produtos de avaliação apresentados neste relatório é resultado de um processo longo de enraizamento da cultura avaliativa dentro do poder público, em particular, no executivo federal. O papel do corpo técnico altamente qualificado e dedicado é a principal razão para que um órgão como o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), criado em 2016, tenha crescido em relevância, ao mesmo tempo em que mantém seu fôlego inovador.

Este documento é dedicado à memória de Aumara Bastos Feu Alvim de Souza, auditora federal de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional, ex-Subsecretária de Avaliação de Gasto Direto da antiga Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria. Seus esforços incessantes na construção e manutenção da institucionalidade do processo de avaliação de políticas públicas no Governo Federal nos inspiram e nos permitem que cheguemos ao dia de hoje orgulhosos do trabalho que temos realizado na SMA.



1

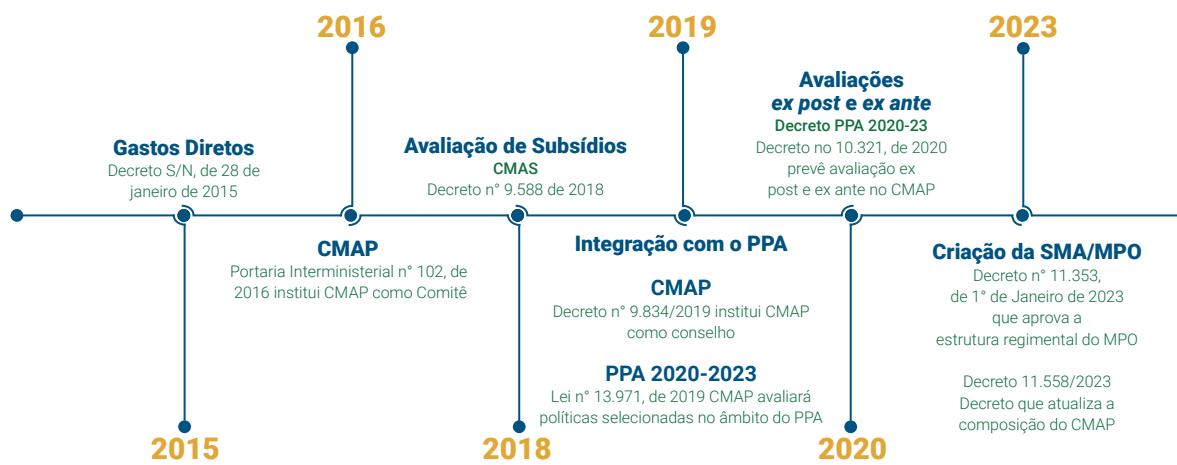
A Criação da SMA

1

A Criação da SMA

A Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) foi criada pelo **Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023**, posteriormente alterado pelos **Decretos nº 11.398/2023 e nº 11.978/2024**. Sua criação ocorreu em um contexto de crescente pressão das despesas obrigatórias sobre as discricionárias, exigindo maior eficiência e efetividade na formulação e implementação das políticas públicas. A instituição da SMA representa um **marco histórico** no aperfeiçoamento da gestão pública ao consolidar um espaço institucional dedicado ao **monitoramento, avaliação de resultados da gestão dos recursos públicos e das políticas em curso, além da revisão de gastos de forma mais eficiente e equitativa**.

Figura 1 – Linha do tempo da criação da SMA e eventos associados.



Desde sua criação, a SMA vem expandindo seu escopo de atuação. Inicialmente, suas atividades estavam concentradas na **Secretaria Executiva do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP)**, desempenhando um papel essencial na coordenação desse processo interministerial. Com sua estruturação, a SMA passou a **incorporar a gestão de outros dois colegiados estratégicos: o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União (CMAS) e o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gastos Diretos (CMAG)**.

Atualmente, além da Secretaria Executiva e da coordenação dos comitês do CMAP, a SMA atua em **outras novas frentes**, incluindo:

- Condução de avaliações ex ante e ex post para subsidiar o desenho e a reformulação de políticas públicas;
- Elaboração do Orçamento de Subsídios da União, garantindo maior transparência sobre os incentivos tributários, creditícios e financeiros concedidos;
- Revisão de gastos públicos e redesenho de políticas públicas, com foco na otimização da alocação orçamentária e na ampliação da efetividade das despesas.

Com esse conjunto de iniciativas, a SMA se consolida como um ator fundamental na modernização da gestão pública, promovendo uma **cultura de avaliação informada por evidências** e contribuindo para políticas mais eficazes e alinhadas às necessidades da sociedade.





2

Apresentação Institucional

2

Apresentação Institucional

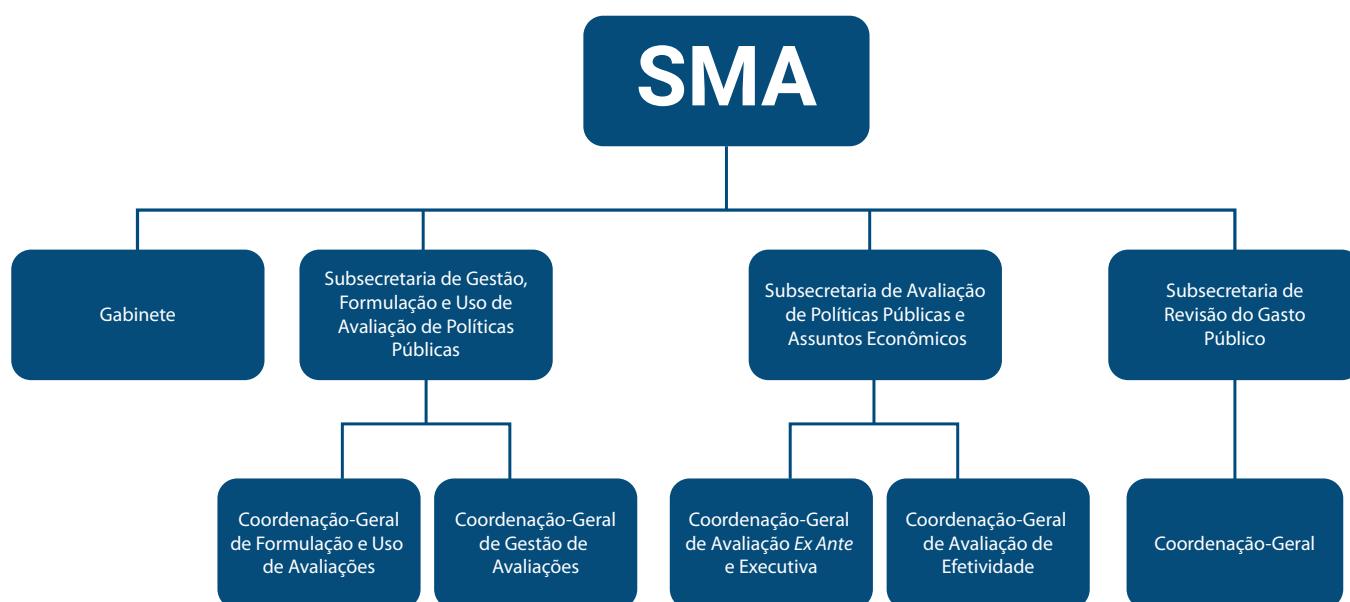
A SMA possui como missão promover a melhoria das políticas públicas por meio do monitoramento e avaliação. Suas prerrogativas incluem a realização de avaliações *ex ante*, *ex post*, a revisão de gastos e o suporte a decisões estratégicas.

Sua estrutura organizacional é composta pelo Gabinete, Subsecretarias e suas Coordenações-Gerais. A Subsecretaria de Gestão, Formulação e Uso de Avaliação de Políticas Públicas (SAPP) exerce a função de suporte à Secretaria Executiva do CMAP e coordenação do CMAS e CMAG e coordena a elaboração das avaliações executivas. Além disso, promove a disseminação dos resultados de avaliações para a sociedade e fortalece o uso das recomendações pelos gestores com a finalidade de aprimoramento das políticas públicas.

A Subsecretaria de Revisão de Gasto Público (SRGP) possui como finalidade a realização da revisão de gastos, o que inclui a elaboração de estudos complementares para o desenho de medidas que aprimorem a efetividade e a eficiência do gasto público, bem como a sistematização de estudos, relatórios de avaliação e de auditoria elaborados sobre políticas públicas selecionadas.

Por fim, compete à Subsecretaria de Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SPAЕ) a elaboração de propostas de políticas micro e macroeconômicas e fiscais e a realização de análises *ex ante* e de avaliações *ex post*. Incluem-se no rol as avaliações em profundidade (como recomendações do CMAP) e avaliações de políticas não contempladas no ciclo.

Figura 2 – Organograma da SMA





3

Visão de Futuro

3

Visão de Futuro

Garantir avanços na institucionalização da avaliação de políticas públicas no Brasil para que essa prática se consolide como pilar essencial da gestão pública é um desafio a ser superado. Para tanto, é necessário:

1. Dar escala às avaliações, abrangendo todas as políticas públicas sob atuação do Governo Federal

Atualmente, as avaliações são realizadas de forma pontual, geralmente concentradas em políticas classificadas como estratégicas para o centro de governo. Para que a avaliação se torne um instrumento efetivo de melhoria contínua da gestão pública, é necessário expandi-la para um maior número de políticas, garantindo que todas as áreas de atuação do Estado sejam analisadas de forma sistemática e periódica. Isso exige o fortalecimento de capacidades institucionais, metodologias padronizadas e mecanismos que incentivem a incorporação da cultura avaliativa nos órgãos governamentais.

2. Garantir maior articulação e sinergia entre as unidades de monitoramento e avaliação nos ministérios

Embora diversos ministérios já possuam unidades de monitoramento e avaliação, muitas operam de forma isolada, sem uma coordenação efetiva que permita a troca de metodologias, boas práticas e aprendizados entre as áreas. A criação de redes interministeriais, o compartilhamento de bases de dados e a definição de diretrizes comuns podem potencializar a efetividade das avaliações, evitando sobreposições de esforços e garantindo que as evidências geradas sejam utilizadas para aprimorar políticas de forma integrada.

3. Promover uma maior integração dos entes federativos na avaliação de políticas coordenadas entre União, estados e municípios

Muitas políticas públicas exigem uma atuação coordenada entre os diferentes níveis de governo. No entanto, as avaliações dessas políticas muitas vezes são fragmentadas, considerando apenas um nível da federação. Para que as avaliações reflitam a complexidade da implementação dessas políticas, é essencial fortalecer a cooperação entre União, estados e municípios, estabelecendo metodologias conjuntas, promovendo o compartilhamento de dados e criando incentivos para que os entes federativos participem ativamente dos processos avaliativos bem como disponibilizem os achados das avaliações elaboradas.

4. Criar espaços de participação para a sociedade civil no processo avaliativo

A legitimidade e a efetividade das avaliações de políticas públicas podem ser ampliadas com a participação da sociedade civil. Isso pode ocorrer de diversas formas, como na seleção e priorização das políticas a serem avaliadas, na definição dos referenciais metodológicos ou na disseminação e debate dos resultados das avaliações. A criação de mecanismos formais de participação – como conselhos,

consultas públicas e parcerias com organizações da sociedade civil – pode contribuir para que o processo avaliativo seja mais transparente, democrático e alinhado às demandas da população.

5. Garantir maior consequência das recomendações realizadas nas janelas de planejamento e orçamento legalmente previstas

Para que as avaliações tenham um impacto real na melhoria das políticas públicas, é fundamental que suas recomendações sejam incorporadas nos ciclos de planejamento e orçamento do governo. Muitas vezes, as avaliações geram diagnósticos valiosos, mas não resultam em ajustes efetivos na alocação de recursos ou na reformulação de programas. Fortalecer o vínculo entre avaliação, planejamento e orçamento pode garantir que as evidências produzidas sejam utilizadas para otimizar a gestão pública, aumentar a eficiência do gasto e melhorar os serviços entregues à população.

6. Fortalecer a institucionalização das práticas de avaliação no contexto dos ministérios

A institucionalização da avaliação nos ministérios ainda é desigual, com variações na recorrência e na influência dessa prática nas decisões governamentais. Para consolidar a avaliação como um instrumento estratégico da administração pública, é necessário garantir sua realização de forma sistemática, com metodologias robustas e equipes capacitadas. Além disso, é essencial que os resultados das avaliações sejam utilizados não apenas para subsidiar políticas específicas, mas também para promover a melhor alocação do gasto público.

Diante dos desafios para a institucionalização da avaliação no contexto nacional, a SMA busca fortalecer sua atuação a partir de três eixos fundamentais: cultura avaliativa, integração institucional e inovação metodológica.

Para **dar escala às avaliações** e garantir que todas as políticas públicas sejam analisadas de forma sistemática, a SMA trabalha na disseminação de metodologias padronizadas e no fortalecimento das capacidades institucionais, permitindo que a avaliação deixe de ser pontual e se torne uma prática recorrente no ciclo de políticas públicas.

A **articulação entre as unidades de monitoramento e avaliação nos ministérios** é vista como um elemento central para potencializar a efetividade das avaliações. A SMA busca atuar como um órgão de referência, promovendo diretrizes comuns, incentivando o compartilhamento de dados e assegurando que as avaliações geradas tenham um impacto concreto na melhoria da gestão pública.

A avaliação de políticas que exigem **coordenação entre União, estados e municípios** deve ser aprimorada por meio de estratégias de cooperação federativa. A SMA tem o compromisso de fomentar essa integração, criando incentivos para o compartilhamento de informações e metodologias, garantindo que políticas intergovernamentais sejam avaliadas de maneira abrangente e alinhada.

A sociedade civil deve ter participação ativa no processo avaliativo, tanto na seleção e priorização do que será avaliado quanto no debate sobre os referenciais metodológicos e os resultados obtidos. A SMA se propõe a criar janelas institucionais para essa participação, tornando o processo avaliativo mais democrático e alinhado às demandas sociais.

Para garantir a **efetividade das recomendações oriundas das avaliações**, a SMA reforça a necessidade de estreitar os laços entre os processos avaliativos e os ciclos de planejamento e orçamento. Dessa forma, as evidências geradas poderão orientar de maneira mais estratégica a alocação de recursos públicos, promovendo maior eficiência e impacto das ações governamentais.

Por fim, o fortalecimento da **institucionalização da prática avaliativa nos ministérios** depende da criação de mecanismos que assegurem a recorrência e a incidência das avaliações na tomada de decisão. A SMA se compromete a liderar esse processo, consolidando-se como órgão norteador e de referência na avaliação de políticas públicas, promovendo o uso de ferramentas tecnológicas inovadoras e metodologias avançadas que ampliem a eficiência do Estado, de maneira justa, equânime e sustentável.



4

Inovações Institucionais e Processuais

4

Inovações Institucionais e Processuais

4.1 Inovações Institucionais

4.1.1 Reformulação da arquitetura institucional da SMA, com a criação da Subsecretaria de Revisão do Gasto Público

Em face do aumento dos gastos públicos, especialmente impulsionado pelo crescimento das despesas obrigatórias, a Revisão de Gastos se consolida como um tema cada vez mais necessário, relevante e estratégico. Além dessa análise interna, observa-se uma tendência global de expansão dos processos de revisão de gastos, conhecidos como *Spending Review*. O relatório *Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2024*, elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), revelou que o Brasil estava entre os 42% dos países da América Latina que ainda não realizavam processos formais de revisão de gastos.¹

Os países que adotam essa prática buscam, em geral, três objetivos principais: controlar o nível de despesas, alinhar os gastos às prioridades do governo e aprimorar a efetividade dos programas e políticas públicas. Nos países da OCDE e da América Latina, os dois últimos objetivos têm sido predominantes nas revisões de gastos mais recentes. Na SMA, a defesa desse processo se alicerça na distribuição de maneira otimizada e sustentável dos recursos públicos, levando em consideração princípios como isonomia, justiça tributária e adaptabilidade às mudanças climáticas. A defesa da institucionalização da revisão de gastos na SMA caminha lado a lado com o seu papel de zelar pela qualidade do gasto público.

Nesse movimento, foi instituída, pelo Decreto nº 11.978/2024, a Subsecretaria de Revisão do Gasto Público (SRGP) com proposta de realizar a revisão de gastos em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e propor recomendações que visam melhorar a qualidade do gasto público federal. Ao longo de 2024, a SRGP experimentou, em estreita parceria com os órgãos gestores das políticas públicas que estiveram em foco, o primeiro processo de revisão de gastos do governo federal.



Acesse o decreto de criação da SRGP em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11978.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.978%2C%20DE%208%20DE%20ABRIL%20DE%202024&text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%2011.353,comiss%C3%A3o%20e%20fun%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20de%20confian%C3%A7a.

¹ Documento disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/government-at-a-glance-latin-america-and-the-caribbean-2024_4abdba16-en.html.

4.1.2 Desenvolvimento da Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas como uma ferramenta da SMA para o Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação (SM&A)

Diante de uma grande demanda por uma solução ágil para avaliação de políticas públicas a ser realizada de maneira estruturada, padronizada e com baixa subjetividade, a SMA desenvolveu uma metodologia que permite ao próprio gestor da política capturar, da maneira mais objetiva possível, a sua aderência a quatro dimensões, propostas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)²: relevância, efetividade, eficiência e sustentabilidade.

Os itens avaliados são dispostos em um *check list*, formado por questões que captam desde informações sobre a qualidade do desenho até a existência de avaliações de efetividade da política por meio de um conjunto pré-definido de opções de respostas, permitindo a realização de autoavaliações de políticas de forma ágil, eficiente e padronizada e que geram diagnósticos com informações que possibilitam rápidas melhorias na política pública. A Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) busca fortalecer a capacidade institucional para a realização de avaliações, promovendo escalabilidade no processo, otimizando tempo da equipe gestora da política e gerando conhecimento estratégico sobre sua efetividade.

Atualmente, a MAPP encontra-se em fase de testes, tendo sido aplicada a um conjunto limitado de políticas públicas. As fases em andamento, que passaram a contar com o IPEA como parceiro desenvolvedor, incluem a aplicação da ferramenta em 120 políticas selecionadas até julho de 2025.³ A partir daí, serão realizados ajustes necessários para a publicização da MAPP em uma plataforma, que está sendo desenvolvida por meio da contratação de empresa especializada.



Para mais informações sobre a MAPP, acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/sma-realiza-treinamento-de-bolsistas-para-aplicacao-da-ferramenta-mapp-em-avaliacao-de-politicas-publicas>

4.1.3 PLDO + Revisão de Gastos

O PLDO de 2025 apresenta, pela primeira vez, o processo de revisão de gastos com as estimativas de economia das medidas pactuadas, com base na Lei Complementar nº 200/2023. A revisão de gastos do

2 As dimensões propostas pela OCDE, incluem, além das quatro consideradas na MAPP, a dimensão de impacto, que foi incorporada pela dimensão de efetividade e a dimensão de coerência, que não foi passível de incorporação imediata, tendo em vista a ausência de um catálogo de políticas públicas que permita analisar a coerência de diversas políticas que enfrentem um problema similar.

biênio 2023/2024 identificou oportunidades de economia em medidas de melhoria da eficiência administrativa junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Para o INSS, as medidas propostas incluem a simplificação da concessão de auxílios via *AtestMed*, o aprimoramento da prevenção e contenção de fraudes com uso de tecnologia e a melhoria na cobrança de benefícios indevidos. Para o Proagro, foram aprovadas medidas como a redução do limite de enquadramento, ajustes nos pagamentos de indenizações baseados em níveis de risco do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) e a criação de um teto para a garantia de renda mínima no Proagro Mais. O impacto estimado dessas ações foi de uma economia de R\$ 9,2 bilhões só no ano de 2025.

A inserção do Anexo IV no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 representa um avanço na incorporação dos resultados da avaliação de políticas públicas no planejamento fiscal. O anexo reforça a importância da revisão de gastos para a sustentabilidade fiscal e a alocação eficiente de recursos.



Para o Anexo IV do PLDO 2025, acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2025/pldo/4-05-pldo2025-anexoiv-5-revisaodegastos.pdf>

4.2 Inovações Processuais no CMAP

4.2.1 Realização de avaliações executivas

Com o objetivo de apresentar informações bem estruturadas para fácil compreensão, adotou-se uma estrutura uniforme para as avaliações executivas com base no capítulo 3 do Guia *ex post*³. No ciclo avaliativo 2023-2024, todos os relatórios seguiram um roteiro que aborda os seguintes aspectos: descrição da política; diagnóstico do problema; desenho da política; implementação; governança; resultados; impactos; execução orçamentária e financeira; e economicidade. Desde então, esta é a estrutura definida como padrão para as avaliações executivas no âmbito do CMAP.

³ Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post*, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2 (301 p.)

4.2.2 Instituição da função Coordenador Técnico de Avaliação

A nova função de Coordenador Técnico de Avaliação reúne, em um único papel estratégico, as atribuições de coordenação e supervisão das avaliações. Sob a orientação da Secretaria Executiva do CMAP, esses atores assumiram a responsabilidade de facilitar o diálogo entre avaliadores e gestores, acompanhar e analisar a qualidade dos produtos entregues e consolidar as várias seções avaliativas do relatório de avaliação.

4.2.3 Reformulação dos critérios e do processo de seleção das políticas a serem avaliadas.

O novo processo de seleção compreende as seguintes etapas: aplicação dos critérios de seleção; elaboração de pré-lista de programas PPA, ações e subsídios; contribuição de órgãos de controle; participação dos gestores; identificação das políticas públicas relacionadas; e seleção das políticas.

Neste trabalho, grupos técnicos, formados por representantes dos diversos órgãos que integram ou apoiam os Comitês técnicos do CMAP, sob coordenação da SMA, conceituaram e redefiniram o cálculo dos critérios de seleção estabelecidos pelo Decreto 11.558/2023 (materialidade, criticidade e relevância). É importante destacar que o critério de relevância se baseia nas prioridades declaradas e em agendas transversais do PPA 2024-2027, reforçando a conexão entre o PPA e o ciclo avaliativo do CMAP.

4.2.4 Resolução nº 7 CMAP, de 29 de abril de 2024

A resolução inova ao estabelecer os critérios para a seleção de políticas a serem avaliadas: (1) criticidade, que observa a variação da disponibilidade de recursos entre exercícios; (2) materialidade, que observa o volume total de recursos destinados à política e (3) relevância, que observa a presença da política em prioridades do governo e em agendas transversais. Com isso, garante-se uma maior coerência e transparência no processo de seleção. Além dos critérios, a resolução esclarece que o ciclo avaliativo será composto por 8 (oito) políticas, sendo 4 (quatro) financiadas por gastos diretos e 4 (quatro) via subsídio.



Para acessar a Resolução nº 7 CMAP, acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acao-informacao/participacao-social/conselhos-e-organos-colegiados/cmap/publicacoes/atas-e-resolucoes-1/resolucoes/resolucoes-cmap/resolucao-cmap-nº-07-seleção-de-políticas.pdf>

4.2.5 Qualificação das propostas de aprimoramento para as políticas públicas avaliadas

Adotou-se um novo padrão para a formulação das recomendações, garantindo que estejam diretamente vinculadas a atributos da política avaliada e fundamentadas em evidências concretas. As propostas de aprimoramento agora seguem critérios de clareza, relevância e razoabilidade, assegurando que sejam compreensíveis, exequíveis e efetivamente monitoráveis. Essa inovação reforça a capacidade das avaliações de orientar melhorias reais nas políticas públicas, ampliando seu impacto positivo para a sociedade.

4.2.6 Plano de Ação dos Gestores para as Propostas de Aprimoramento

Concluída a avaliação *ex post*, os gestores da política avaliada passaram a elaborar Plano de Ação que detalha as medidas necessárias para implementação das propostas de aprimoramento aprovadas. Nesse documento, são estabelecidos prazos, responsabilidades, indicadores de desempenho e recursos previstos, de modo a garantir que as propostas de aprimoramento se convertam em melhorias efetivas para a política pública. A elaboração desse Plano de Ação pelos gestores visa assegurar a aderência às metas estratégicas, bem como a integração com outras iniciativas governamentais, proporcionando uma visão consolidada das transformações planejadas. Nesse processo, a SMA oferece apoio técnico aos gestores interessados na construção de planos de ação voltados à implementação destas recomendações, bem como no seu monitoramento.

4.2.7 Aprimoramento na comunicação dos resultados das avaliações

Com o objetivo de facilitar a disseminação e a compreensão dos conteúdos das avaliações, a SMA desenvolveu os *Informativos de Avaliação de Políticas Públicas*. O material conta com um design gráfico dinâmico e uso de linguagem acessível, destacando as principais informações e achados de cada política avaliada. Para tornar a comunicação mais atrativa e intuitiva, foram utilizados recursos visuais como diagramação convidativa, imagens coloridas, gráficos e dados numéricos, para garantir uma transmissão ágil e clara das informações. Em breve, a SMA reunirá todo esse conteúdo em um único produto, otimizando ainda mais a difusão dos resultados das avaliações.

Figura 3 – Relatório Anual de Avaliação- Ciclo 2023- 2024



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/relatorio-anual-de-avaliacao-de-politicas-publicas/relatorio-anual-de-avaliacao-de-politicas-publicas-ano-base-2023>



Informativo relativo à avaliação da Política de Subsídios Tributários a Medicamentos- pág.1

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/subsidios/boletim_impactos-da-desoneracao-de-medicamentos.pdf



Informativo relativo à avaliação da Política de Subsídios Tributários a Medicamentos- pág.2

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/subsidios/boletim_impactos-da-desoneracao-de-medicamentos.pdf

Para acessar os demais Informativos de Avaliação, acesse:



Desoneração de PIS/ CONFINS sobre os produtos da Cesta Básica

boletim_desoneracao-cesta-basica-e-direto-a-alimentacao.pdf



Conta de Desenvolvimento Energético

[boletim-desenvolvimento-energetico.pdf](#)



Isenção de aposentadoria por doença grave ou acidente

[boletim_aposentadoria_acidente.pdf](#)



CEBAS- Educação

[www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2019/subsidios/boletim_cebas_educacao.pdf](#)



Dedução de despesa com Educação no IRPF

[boletim_deducao_educacao.pdf](#)



Dedução de despesa com Saúde no IRPF

[boletim_deducao_saude_ir.pdf](#)



Política de Desoneração do Biodiesel

[boletim-biodiesel](#)



Programa de Mitigação de Risco da Atividade Rural

[boletim_proagro.pdf](#)

4.2.8 Avaliações sensíveis a raça e gênero

Como parte do aprimoramento do processo avaliativo, o CMAP e a SMA passaram a enfatizar a incorporação de recortes de raça e gênero nas avaliações, garantindo uma análise mais aprofundada sobre a implementação e os efeitos das políticas públicas em diferentes grupos populacionais. Para aprimorar essa abordagem, duas avaliações do Ciclo 2024/2025 - CEBAS e Serviço de Reabilitação Profissional- estão sendo acompanhadas por especialista no tema “gênero e raça”, no intuito de trazer recomendações para o aprimoramento dos próximos ciclos avaliativos.



5

Eixos de Atuação

5

Eixos de Atuação

5.1 Apoio ao Aprimoramento de Políticas Públicas

O fundamento da análise *ex ante* é orientar a decisão durante os processos de formulação, expansão ou aperfeiçoamento da política de modo que ela aponte a alternativa de ação pública mais efetiva, eficaz e eficiente. As análises *ex ante* realizadas pela SPAE/SMA auxiliam na correção de possíveis desvios relacionados à Teoria do Programa e ao desenho da política, muitas vezes mascarados pelas rotinas e automatismos já presentes na sua implementação. A seguir, serão apresentadas algumas políticas já em curso submetidas à análise *ex ante*, com destaque para seus elementos motivadores, atores e valores gerados.

5.1.1 Piso de Enfermagem

Com a Lei nº 14.434/2022, que instituiu o piso de enfermagem, e a Emenda Constitucional 127/2022, que determinou que a União deve prestar assistência financeira complementar aos entes subnacionais, surgiu a necessidade de se calcular o impacto desse auxílio para os cofres federais. A SPAE/SMA, em colaboração com o Ministério da Saúde, participou da mensuração do impacto financeiro da implementação do piso, bem como da definição do rateio dos recursos para assistência financeira complementar aos Estados e Municípios. A partir dos resultados deste estudo, o Ministério da Saúde publicou normativos implementadores, como a Portaria GM/MS 597/2023, que dispunham sobre os valores a serem repassados aos entes para complementar o pagamento do piso aos profissionais de enfermagem do SUS. Para acessar a Portaria GM/MS 597/2023, acesse:



https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-597-de-12-de-maio-de-2023-*484562741

5.1.2 Vagas de Medicina

Análise *ex ante* conduzida pela SPAE/SMA em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC), evidenciou desigualdades na disponibilidade de médicos pelo País e contribuiu para orientar o quantitativo total de vagas a serem criadas e a definição de critérios para a distribuição dos novos cursos de medicina dentro do território nacional, levando em conta a necessidade de cada região. Tal análise embasou a publicação

do edital de chamamento público para a seleção de propostas para a autorização de funcionamento de cursos de medicina no país. O edital pode ser acessado em:



<edital-chamada-publica-cursos-medicina.pdf>

5.1.3 Simples Nacional – GT

Em atendimento à recomendação¹ decorrente da avaliação do programa Simples Nacional realizada pelo CMAP no ciclo 2020/2021, a SPAE/SMA/MPO, no âmbito de GT instituído para este fim², participou da análise em profundidade do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PNADEMPE). Foi elaborada proposta para o Modelo Lógico, a Teoria do Programa, objetivos, indicadores, metas e linhas de base para o monitoramento. Espera-se que esses indicadores desempenhem papel central no direcionamento do Programa, bem como no acompanhamento de seus resultados e em sua transparência perante a sociedade. Esta avaliação complementa as ações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que está desenvolvendo o Portal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, destinado a registrar iniciativas e implementar o monitoramento da política com base nesta avaliação.

5.1.4 Avaliação de projetos submetidos à COFIEX – Comissão de Financiamentos Externos

A partir de demanda originária da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID/MPO), a SPAE/SMA desenhou uma proposta de ferramenta de avaliação *ex ante*, com a finalidade de selecionar projetos e programas que pleiteiam financiamento junto à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX). A ferramenta teve como referência metodologias adotadas pela OCDE, BNDS, BID e o Guia de análise *ex ante*. O instrumento visa otimizar essa seleção, garantindo a aplicação efetiva e

1 Recomendação: Que o Ministério da Economia desenvolva “**o Modelo Lógico e a respectiva Teoria do Programa relativa ao Simples Nacional**”, trazendo uma visão ampla e abrangente, associando-o às políticas de incentivo às MPE, contemplando minimamente: a) a **definição e formalização dos objetivos** efetivamente reconhecidos para a implantação do Simples Nacional dando ampla divulgação a todas as partes interessadas; b) a **definição de indicadores, metas e linhas de base que permitam a mensuração do alcance desses objetivos**; c) o **estabelecimento de ciclos de monitoramento e avaliação do alcance desses objetivos, definindo os responsáveis, a periodicidade e a forma de divulgação dos resultados**.”

2 BRASIL, Portaria SE/ME nº 8.441, de 21 de setembro de 2022. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=126271>.

eficiente dos recursos públicos, uma vez que grande parte dos financiamentos envolve garantias da União. Como resultado, espera-se que o processo de seleção se baseie em quesitos mais diretos e que privilegie programas e projetos com maiores chances de êxito em termos de alcance dos objetivos, eficiência e impactos sociais. A ferramenta também pode ser um instrumento base para o monitoramento dos programas e projetos selecionados e implementados.

5.1.5 Política Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)

Em colaboração com a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (SECZPE/MDIC), a SPAE/SMA participou da construção de ferramenta para avaliação de projetos industriais nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) existentes e com a proposta de um conjunto preliminar de critérios para a criação de novas. O objetivo da estratégia é apoiar os gestores na definição de normas infralegais e na otimização de recursos e dos processos decisórios de aprovação de projetos de ZPEs.

5.1.6 Análise *Ex Ante* do Qualifica PAC

Como integrante da Comissão Interministerial de Qualificação Profissional, Emprego e Inclusão Socioeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento (QUALIFICA-PAC), a SPAE/SMA apoiou a Casa Civil na elaboração da análise *ex ante* do programa. Foi evidenciado que o problema a ser resolvido com a política é o desalinhamento entre a qualificação dos trabalhadores e o perfil, bem como a quantidade de trabalhadores necessários no local e no tempo dos empreendimentos do Novo PAC. Diante disso, concluiu-se que é necessária melhoria dos processos por meio da integração de bases de dados e a compatibilização dos cursos com o tempo necessário dos empreendimentos. Será possível, desta maneira, identificar a demanda dos setores produtivos do PAC em escala nacional, compatibilizar perfis e a oferta de vagas, gerar demandas de qualificação profissional para inscritos nas agências de empregos mais próximos da localidade do proponente, bem como identificar necessidades de requalificação. Infere-se que a mudança proposta mitigará o problema central estudado, corrigindo o desalinhamento na capacidade de identificar as necessidades de qualificação profissional e de perfis, remodelando os serviços já existentes e criando outros. O documento da análise pode ser acessado em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/arquivos/avaliacoes-ex-ante/relatorio-ex-ante-qualifica-pac>

5.1.7 Análise *Ex Ante* da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (PNADEMPE)

Considerando as recomendações da OCDE (2004) que versam sobre importância do Monitoramento e Avaliação (M&A) também para políticas empresariais, a SPAE/SMA realizou a análise *ex ante* da política. Foram identificados o problema, suas causas e consequências, propostos indicadores de resultado e impacto e elaborado plano de monitoramento e avaliação para a PNADEMPE. A análise complementa as ações do SEBRAE, que está desenvolvendo o Portal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, destinado a registrar iniciativas e implementar o monitoramento da política. O relatório da análise pode ser acessado em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/arquivos/avaliacoes-ex-ante/relatorio-ex-ante-politica-nacional-de-mpmes/view>

5.1.8 Plano de M&A do Bolsa Verde

O Programa Bolsa Verde (PBV) foi inicialmente criado em 2011 com o objetivo de apoiar financeiramente famílias que desenvolvem atividades de conservação ambiental, por meio de um benefício trimestral de R\$ 300 por família. Encerrado em 2017, o programa foi reintroduzido em agosto de 2023 devido à sua relevância, com novas regras e condições para os beneficiários. Agora, cada família recebe R\$ 600 a cada três meses, e os critérios de elegibilidade foram ajustados para garantir maior alcance e evitar conflitos internos nas comunidades. Para serem elegíveis, as famílias precisam estar em situação de baixa renda, ou seja, renda familiar mensal per capita até meio salário-mínimo, conforme critério do Cadastro Único, e residir em áreas prioritárias ambientalmente diferenciadas escolhidas pelo Comitê Gestor da política.

Este Comitê foi criado com a retomada do programa 3, além do Grupo de Trabalho (MMA, ICMBIO, IBAMA e INCRA, MPO) para o seu monitoramento e avaliação, contando com a participação da SPAE/SMA. O produto desse GT foi a apresentação de um plano de monitoramento e avaliação do Programa, com a proposição de indicadores e um modelo de dashboard. Os indicadores desenvolvidos permitem monitorar a alocação de recursos, a execução das atividades e os impactos sociais e ambientais gerados, contribuindo para a eficácia do programa.

³ Decreto nº 11.635, de 16 de agosto de 2023. Fazem parte do Comitê Gestor o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e organizações da sociedade civil como o Climate Policy Initiative (CPI) e o Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL).

Além do plano de M&A, a SPAE/SMA colaborou em visitas a regiões candidatas a receberem o PBV, uma vez que se percebeu que a adesão ao programa estava se expandindo de maneira mais lenta do que o esperado. Outro aspecto importante que as missões buscaram tratar foi a regularização das famílias no Cadastro Único. Como impacto, as visitas proporcionaram um aumento do número de beneficiários, sendo que o momento em que foram realizadas interferiram nos resultados. Em um primeiro momento, as visitas proporcionaram um aumento da taxa de adesão e expansão do programa. Assim, recomenda-se que futuras missões de busca ativa deveriam priorizar territórios com baixas taxas de adesão (próximas a zero). Em um momento posterior, as visitas não se mostraram tão efetivas em elevar o aumento dos beneficiários, levando a suposição de que a não adesão tem condicionantes mais complexos do que o mero desconhecimento sobre o programa. Levantaram-se como problemas dificuldades no uso da plataforma digital e inconsistências de dados entre os sistemas. Como aplicação dos resultados do estudo, já foram iniciadas ações para auxiliar os beneficiários ainda não aderentes a superar dificuldades com a digitalização, como a disponibilização de *chat* específico para a recuperação da senha para acesso à plataforma.



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/arquivos/avaliacoes-ex-ante/plano-de-monitoramento-e-avaliacao-do-programa-bolsa-verde>

5.1.9 Novo EJA

Em agosto de 2024, a SPAE/SMA conduziu a avaliação *ex ante* do “Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos: Lendo o Mundo o Escrevendo o Própria História” – programa sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Como produtos da avaliação, destacam-se a elaboração do Modelo Lógico, a proposição de indicadores e o desenvolvimento de uma calculadora de retorno econômico e social. A aplicação dessa ferramenta trouxe como resultado que urge a melhoria das taxas de conclusão de modo a atingir um maior retorno econômico desta política. Um aumento mínimo de 14% já seria suficiente para ultrapassar os retornos dos investimentos destinados à política. Esta informação deixa clara a necessidade de esforços coordenados dos atores envolvidos para a melhoria da taxa de conclusão dos alunos, não só para um maior retorno econômico da política, mas para a promoção de uma educação transformadora para o indivíduo. Uma próxima etapa de avaliação a ser realizada pela SPAE/SMA envolve o desenvolvimento de um plano de monitoramento e avaliação do Pacto.



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/arquivos/avaliacoes-ex-ante/relatorio-ex-ante-novo-eja>

5.1.10 Plano de M&A da Nova Indústria Brasil (NIB)

A política de desenvolvimento industrial Nova Indústria Brasil (NIB)⁴ objetiva estimular o progresso técnico, a produtividade e competitividade nacionais, aproveitar melhor as vantagens competitivas e repositionar o Brasil no comércio internacional. Buscando contribuir com o monitoramento contínuo e a avaliação de impactos dos 157 instrumentos da política, a SPAE/SMA colaborou com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços (MDIC) na elaboração de uma proposta de plano de monitoramento e avaliação da política. Os instrumentos foram categorizados em 6 (seis) missões temáticas para facilitar a análise e a elaboração de teorias da mudança para cada uma delas. Elaboraram-se 288 (duzentos e oitenta e oito) indicadores acompanhados de detalhamento das formas de cálculo, fontes de informação e lista de instituições atualmente responsáveis pela geração dos dados. Por se tratar de uma política multidisciplinar, seu monitoramento deverá ser compartilhado, exigindo, pois, o estabelecimento de uma governança entre os diversos atores envolvidos. O monitoramento estruturado pode apoiar a implementação de medidas mais assertivas para estimular inovação, produtividade e manutenção do Brasil em uma posição de destaque no comércio internacional.

5.1.11 Proposta de Alteração Fundo de Participação dos Municípios

A divulgação dos dados populacionais do Censo 2022 evidenciou uma diferença populacional significativa em comparação com as previsões usadas para calcular os coeficientes do FPM. Os novos números afetaram diretamente o valor a ser repassado para os municípios do interior (em municípios que não são capitais estaduais). Assim, surgiu a necessidade (novamente) de se discutir como seriam feitos os ajustes nos repasses orçamentários. Nesse cenário, a SMA realizou uma simulação de um novo desenho para a transferência, corrigindo tal distorção e com o propósito de atingir seu objetivo constitucional de reduzir disparidades regionais. Pela metodologia proposta, seria observado um real efeito redistributivo dos recursos. Aproximadamente 59% dos municípios receberiam um aumento nos repasses orçamentários. Os resultados do estudo foram então incorporados ao já existente Projeto de Lei Complementar

4 Resolução CNDI/MDIC nº 4

91 /2019, na forma de emenda substitutiva, atribuído à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O parecer do relator apontou que o estudo trouxe *“diversas melhorias que merecem ser incorporadas ao projeto...”* Em julho de 2024, o PLP 91/2019 recebeu parecer favorável e, atualmente, foi submetido à vista coletiva. A SMA segue acompanhando a tramitação do PLP 91/2019, que pode ser acessada em:



<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136079>

5.1.12 Proposta de Padronização das Cartilhas Ministeriais para melhorar a Captação de Recursos de Emendas Parlamentares

Em 2024, a SMA realizou um diagnóstico com vistas a compreender o uso das emendas parlamentares nos projetos dos ministérios. Observou-se uma baixa adesão e, em alguns casos, menos de 10% dos projetos sugeridos foram contemplados com recursos de emendas. O formato despadronizado das cartilhas, elaborado de modo independente por cada ministério, tem dificultado a eficaz alocação de recursos e, consequentemente, limitado o potencial das emendas como ferramenta de política. Diante desses achados, a SMA elaborou estudo de modo a identificar as características de uma cartilha que a tornem eficiente. Cartilhas que utilizam os critérios de materialidade, detalhamento, contrapartida e regionalização elevam, em média, o montante de recursos obtidos em 22%, em comparação a projetos que não cumpram nenhum desses critérios.

5.1.13 Análise da relação entre o Programa Bolsa Família e a informalidade

Atualmente, o programa Bolsa Família (PBF) abrange quase 54 milhões de pessoas⁵, com um aporte federal de R\$168,3 bilhões em 2024. De maneira resumida, o programa garante o benefício mínimo de R\$ 600,00 por família, sendo que pode haver complementações de acordo com a composição familiar. Chama-se a atenção para a regra de proteção do PBF: famílias com renda per capita acima do limite de R\$ 218, mas inferior a meio salário-mínimo, permanecem por até dois anos com metade do benefício. Se, ao fim desse período, a renda continuar acima deste limite, o benefício é cancelado. Nesse contexto, a SMA investigou a relação entre o PBF e a informalidade de trabalho no país.

⁵ Segundo dados do CadÚnico/ MDS de março de 2023. Disponível em:

<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q=g9ysl9LerqO4gGVrrGyEymipycqv16Km2ffJsKw%3D>

Constatou-se que, de 2006 a 2023, o programa melhorou sua focalização tanto em termos de inclusão dos que são elegíveis quanto em não incluir os não elegíveis. Sobre o mercado de trabalho, verificou-se que apesar de o Bolsa Família desempenhar um papel fundamental na redução da pobreza e da desigualdade de renda do Brasil nos últimos vinte anos, os resultados indicam que ele pode estimular estratégias de informalidade entre os beneficiários. Elementos próprios das regras e mecanismos do programa podem estar incentivando, mesmo que involuntariamente, decisões futuras relacionadas à informalidade laboral. A regra de proteção, embora ofereça salvaguarda às famílias que elevam ligeiramente sua renda, pode não fornecer incentivos suficientes à formalização do emprego.

Estes resultados serão apresentados ao MDS, sendo um estratégico subsídio técnico para se repensar nas atuais regras do PBF, de modo a promover a formalização e garantindo que este funcione como uma via de inclusão produtiva, e não como uma barreira à inserção no trabalho formal.

5.2 Monitoramento de Subsídios da União

O Governo Federal, com a participação da SMA, tem envidado esforços em prol da melhoria do processo de avaliação dos subsídios públicos, visando ampliar a transparência e controle social sobre esta fonte de financiamento de políticas públicas. O estabelecimento do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) e seus Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União (CMAS) e de Gastos Diretos (CMAG) permitiu a avaliação de 19 políticas de subsídios desde 2019 e outras 4 (quatro) se encontram em fase de execução. Tais avaliações poderão ser insumos para a revisão e a racionalização dos subsídios conforme previsto na EC 109/2021⁶.

Outra ação da Secretaria em aprimorar o monitoramento de subsídios foi a assunção da responsabilidade, a partir de 2023, por estimar os benefícios creditícios da União e consolidá-los com os benefícios financeiros, elaborando os Demonstrativos de Benefícios Financeiros e Creditícios (DBFC) tanto para compor a Prestação de Contas da Presidência da República, como para as informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e para o monitoramento do Plano Plurianual.

Com base nas informações levantadas do DBFC e disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil no Demonstrativo de Gastos Tributários, é construído o documento chamado de Orçamento de Subsídios da União (OSU), tendo sido disponibilizados os OSU de 2023 e 2024.

Por isso, a SMA inovou ao desenvolver painel interativo com a série histórica do OSU, a distribuição dos benefícios por região do país ou por modalidade (creditícios, financeiros e tributários). Os valores

6 A EC 109 estabelece que uma Lei Complementar deverá tratar de critérios, objetivos e metas para a concessão ou alteração de benefícios tributários, financeiros ou creditícios para pessoas jurídicas, bem como regras para avaliação e publicação dos resultados de forma periódica e obrigatória desses benefícios, além de prever a redução de benefícios tributários.

podem ser exibidos em Reais (Bilhões correntes ou de 2023), % do PIB ou % da despesa primária. O painel está disponível em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/monitoramento-de-subsidios-da-uniao>

5.2.1 Relatório do Orçamento de Subsídios 2023

O 7º Orçamento de Subsídios da União, divulgado em junho de 2023, constitui o resultado de esforços da SPAE/SMA com o objetivo de apresentar, em um único documento, o total dos subsídios da União no período de 2003 a 2022. Em resumo, o relatório aponta que os subsídios apresentaram trajetória crescente de 2003 a 2015, iniciando em 2,96% do PIB até atingir o pico em 2015, de 6,66% do PIB. Entre 2015 e 2020, houve uma tendência declinante, se estabelecendo em torno de 5,98% em 2022. Em todo o período analisado, observou-se a predominância dos benefícios tributários em relação aos demais. O relatório permitiu uma visão panorâmica da dinâmica dos subsídios nesse longo período além de uma quantificação dos incentivos e renúncias de receitas.

O relatório completo pode ser acessado em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/arquivos/orcamento-de-subsidios-da-uniao/orcamento-de-subsidios-da-uniao-7a-edicao.pdf>

5.2.2 Relatório do Orçamento de Subsídios 2024

O 8º Orçamento de Subsídios da União, divulgado em junho de 2024, avaliou os benefícios concedidos no período de 2022 a 2023. Após dois anos seguidos de expansão, o total de subsídios incorridos pelo Governo Federal ficou praticamente estável como proporção do PIB. Em 2023, esse valor total atingiu R\$ 647 bilhões ou o equivalente a 5,96% do PIB – valor praticamente idêntico aos 5,98% observados em 2022. Essa estabilização é importante por quebrar uma tendência de expansão observada desde 2020. Os benefícios tributários seguem compondo a maior parte do orçamento total de subsídios da União.

Apesar da estabilidade dos subsídios totais, chamou a atenção a elevação dos benefícios financeiros em 2023, decorrente da reativação do Programa Minha Casa Minha Vida. A retomada do programa (e do benefício) justifica-se em sua efetividade de melhorar indicadores sociais, como a redução do percentual de famílias vivendo em condições inadequadas, com impactos diretos na redução da mortalidade infantil e aumento do peso de recém-nascidos nas famílias beneficiadas.

O relatório completo pode ser acessado em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/arquivos/orcamento-de-subsidios-da-uniao/orcamento-de-subsidios-da-uniao-8a-edicao.pdf>

5.3 Revisão de Gastos

5.3.1 GT de Revisão de Gastos

Diante da essencialidade na melhoria da qualidade e do controle orçamentário, foi instituído Grupo de Trabalho (GT) de Revisão de Gastos Federais no âmbito do MPO, por meio da Portaria GM/MPO nº 253, de 12 de setembro de 2023.⁷ O GT foi coordenado pela Secretaria - Executiva do MPO e possui integrantes da SMA e da SOF e representantes do Tesouro Nacional na condição de convidados.

O processo de revisão de gastos foi desenhado a partir de três etapas. A primeira etapa consistiu no mapeamento das recomendações e dos achados, tomando como ponto de partida as avaliações do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), e as auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), bem como de estudos de órgãos federais e institutos de pesquisa. Esse levantamento inicial permitiu consolidar um diagnóstico detalhado sobre os desafios e oportunidades na gestão das despesas públicas tratadas.

Na segunda etapa, as recomendações e achados foram qualificados em diálogo com os órgãos gestores, com o objetivo de identificar aquelas com maior viabilidade de implementação nos curto e médio prazos. A terceira etapa concentrou-se na definição das propostas de medidas de melhoria, incluindo o desenho de cada ação, seu respectivo plano de execução e a formulação de parâmetros para estimar o impacto fiscal e os ganhos de eficiência.

⁷ Portaria GM/MPO nº 253, de 12 de Setembro de 2023

O desenvolvimento do processo ocorreu em estreita parceria com os órgãos gestores, que detêm não apenas a competência institucional, mas também um conhecimento aprofundado das políticas públicas analisadas e da viabilidade das medidas propostas. A SMA atuou prestando apoio e assessoramento aos órgãos gestores, tendo como premissa que o engajamento e o sucesso das medidas dependem do elevado engajamento dos órgãos gestores.

O GT de Revisão de Gastos promoveu a institucionalização da revisão de gastos no Poder Executivo federal, com o fortalecimento dessa agenda no Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O Decreto nº 11.869/2023 incluiu a revisão periódica dos gastos federais como competência da SMA e SOF, e o Decreto nº 11.978/2024 criou a Subsecretaria de Revisão de Gastos Públicos na SMA.

Outro avanço foi a Resolução JEO nº 12/2025, que determina a incorporação dos resultados da revisão de gastos nos ciclos orçamentários anuais. Os órgãos responsáveis devem explicitar as estimativas de impacto fiscal das medidas de economia nos projetos de lei orçamentária e nos relatórios fiscais, além de justificar eventuais diferenças entre as projeções iniciais e os resultados efetivos. Essas regras se aplicam às medidas de economia aprovadas pela JEO em políticas públicas revisadas, enquanto outros aspectos materiais e procedimentais seguem em estudo e discussão.

Dois projetos-piloto envolvendo despesas obrigatórias de alto impacto foram experimentados: benefícios operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – particularmente Benefícios por Incapacidade Temporária e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e – e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Benefício por Incapacidade Temporária

Auditórias da CGU⁸ revelaram grande número de benefícios (quase 900 mil em 2020) sem a reavaliação médica periódica exigida por lei.⁹ Em tratativas com a Secretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPs) do Ministério da Previdência Social (MPS), a reavaliação desses benefícios foi desenhada. Essa medida foi apresentada ao Grupo de Trabalho (GT), criado pelo Decreto nº 11.647/2023, doravante GT do INSS.

A SRGPs estabeleceu como critério os benefícios concedidos há mais de um ano e planejou a realização de 10 mil perícias de reavaliação mensais de forma ordinária. Para complementar esse esforço, foram previstas perícias extraordinárias, com um bônus de R\$ 75,00 por exame adicional para os médicos peritos.¹⁰

⁸ Brasil (2019). Controladoria Geral da União. Relatório Final de Avaliação nº 201902574 - PRBI - Instituto Nacional do Seguro Social e Secretaria de Previdência/ME. Disponível em <https://eaud.cgu.gov.br/relatorio/873686>.

Brasil (2021). Controladoria Geral da União. Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201800649 - Instituto Nacional do Seguro Social. Disponível em <https://eaud.cgu.gov.br/relatorio/967688>.

⁹ Art. 101 da Lei nº 8.213/1991.

¹⁰ Essa medida seguiu o modelo de iniciativas anteriores, como as Medidas Provisórias nº 767/2017 e nº 1.113/2022, sendo esta última posteriormente convertida na Lei nº 14.724/2023.

A estimativa de economia com a reavaliação de quase 800 mil benefícios por incapacidade temporária foi de quase R\$ 2,6 bilhões só em 2024. No período de 09 de julho de 2024 a 31 de janeiro de 2025, foram revisados quase 841 mil benefícios por incapacidade temporária, dos quais cerca de 436 mil foram cessados. A taxa de cessação dessa revisão foi de cerca de 51,8% e o impacto estimado das cessações efetivamente realizadas até janeiro de 2025 foi de 3,04 bilhões.

Outras revisões têm sido debatidas, como as da aposentadoria por incapacidade permanente. Contudo, pela primazia da gestão dos recursos necessários para a realização das perícias médicas, a SRGPs/MPS priorizou os benefícios por incapacidade temporária devido à maior probabilidade de cessação e ao alto potencial de economia.¹¹

Benefício de Prestação Continuada

O GT de Revisão de Gastos apresentou para a Secretaria Nacional de Assistência Social e para o INSS a síntese das auditorias da CGU¹², do TCU¹³ e das avaliações do CMAP.¹⁴ Essas auditorias e avaliações expuseram a falta de reavaliação periódica dos beneficiários, inconsistências cadastrais significativas (CPF, composição familiar), indícios de renda familiar acima do limite permitido e acúmulo indevido com outros benefícios. Importante salientar que a renda familiar acima do limite permitido e o acúmulo indevido com outros benefícios decorre, muitas vezes, da elevada concessão judicial do BPC, em especial no BPC para Pessoa com Deficiência (PCD).¹⁵

O governo vem implementando uma série de medidas legais e administrativas, como as que culminaram nas Leis nº 14.973 e 15.077 de 2024. Essas medidas aprimoraram a gestão do BPC, tornando obrigatória a atualização periódica do Cadastro Único (CadÚnico) com prazos definidos, exigindo o registro biométrico dos requerentes (via CIN, CNH ou Título Eleitoral) e fortalecendo a verificação de renda por meio do cruzamento de bases de dados governamentais.

11 O valor médio do benefício é maior no benefício por incapacidade temporária, estimado em R\$ 1.745,07 em 2024, ante o valor médio de R\$ 1.682,39 da aposentadoria por incapacidade permanente (referência em 11 de julho de 2024). A taxa de cessação do benefício por incapacidade temporária do Programa de Reavaliação dos Benefícios por Incapacidade realizado entre 2016 e 2018 foi de 78,26%, enquanto essa taxa foi de 29,31% na aposentadoria por incapacidade permanente.

12 Relatório de Execução do Plano Tático CGU/SFC 2020-2021 - Pagamento de Benefícios. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acoes-de-orgaos-de-controle-interno-e-externo/RelatiodeExecuodoPlanoTticoPgamentodebenefcios202020212.pdf>. Acesso em 7 de janeiro de 2025.

Relatório Nacional do Seguro Social: Instituto Nacional do Seguro Social, Ministério da Cidadania – Exercício 2020. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios> sob a consulta “Relatório de Avaliação: asswws817021”.

13 Acórdão 1123/2020 – Plenário. Disponível em https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NU-MACORDAO%253A1123%2520ANOACORDAO%253A2020%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522-DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0. Acesso em 7 de janeiro de 2025.

Acórdão 1145/2020 – Plenário. Disponível em https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1435%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/12. Acesso em 7 de janeiro de 2025.

14 As seguintes valiações do CMAP trataram do BPC: "Judicialização dos Benefícios Administrados pelo INSS", disponível em ; "Avaliação dos benefícios previdenciários urbanos", disponível em ; e, "Avaliação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social" disponível em .

15. Em 2020, o percentual de concessão judicial do RPC PCD foi de 44% e em 2024 esse percentual foi de 34%.

Procedimentos administrativos para a revisão bienal (cadastral, de renda e biopsicossocial para PCD) e mecanismos de notificação, bloqueio e suspensão para beneficiários com pendências estão na fase de implementação. Com a revisão do BPC pela primeira vez, a busca pela melhoria na gestão do BPC será priorizada, dando direito a quem tem direito e com foco na justiça social.

Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

No contexto das medidas de revisão de gastos, o Proagro adotou algumas linhas de atuação implementadas por meio de resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), que visam aprimorar a gestão do programa e reduzir despesas governamentais. As mudanças incluem:

- Redução do valor limite para enquadramento obrigatório de operações de crédito rural no Proagro, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 5.126/2024.
- Redução de 25% no limite de cobertura para empreendimentos com 30% de probabilidade de perdas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), determinada na Resolução CMN nº 5.127/2024.
- Redução de 50% no limite de cobertura para empreendimentos com 40% de probabilidade de perdas no ZARC, conforme definido na Resolução CMN nº 5.128/2024.
- Ajuste na forma de cálculo e nos limites da Garantia de Renda Mínima (GRM) para operações do “Proagro Mais”, conforme estipulado na Resolução CMN nº 5.128/2024.
- Definição de novas alíquotas para melhor refletir o risco das operações, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 5.148/2024.

O impacto esperado dessas medidas foi inicialmente calculado pelo Banco Central do Brasil em R\$ 2,0 bilhões para 2025. Entretanto, uma atualização posterior refinou essa estimativa para R\$ 1,9 bilhão. Esse valor representa a economia gerada em relação ao cenário contrafactual, em que nenhuma dessas medidas seria aplicada.

5.3.2 Assessoramento ao GT do INSS

A SMA participou do GT do INSS, mencionado anteriormente, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento da gestão e da operacionalização dos benefícios previdenciários e assistenciais. O GT, que encerrou suas atividades em agosto de 2024, propôs um conjunto de medidas voltadas para a eficiência administrativa na gestão dos benefícios operacionalizados pelo INSS.

Além de tratar do benefício por incapacidade temporária, por exemplo, as principais ações identificadas incluem:

- Análise documental do Benefício por Incapacidade Temporária (Atestmed): essa medida visa agilizar a concessão de benefícios por incapacidade temporária ao permitir a análise de documentos médicos sem necessidade de perícia presencial. O objetivo é reduzir a fila de espera e evitar pagamentos indevidos decorrentes de atrasos na realização de perícias médicas presenciais, garantindo que o auxílio seja concedido pelo tempo necessário e com maior controle. Tratou-se de uma proposta de iniciativa do INSS importante por, entre outros fatores, liberar espaço na realização de perícias.
- Prevenção e combate a fraudes: o GT propôs o fortalecimento dos mecanismos de detecção e combate a irregularidades nos benefícios previdenciários, por meio da implementação de novas ferramentas de monitoramento e cruzamento de dados. O foco é reduzir fraudes que geram pagamentos indevidos, assegurando que apenas beneficiários legítimos recebam os recursos.
- Cobrança administrativa de benefícios pagos indevidamente: o grupo enfatizou a necessidade de aprimorar os procedimentos de recuperação de valores pagos de forma indevida pelo INSS. A medida prevê a intensificação da cobrança administrativa desses recursos, reduzindo prejuízos ao erário e garantindo maior responsabilidade fiscal.

O conjunto de ações propostas pelo GT do INSS tem potencial para gerar economias significativas ao orçamento federal no ano de 2025 e seguintes, contribuindo para a sustentabilidade fiscal da previdência e para a melhoria dos serviços prestados aos segurados. Essas medidas fazem parte do esforço do governo em aprimorar a gestão dos recursos públicos e garantir maior eficiência na administração dos benefícios operacionalizados pelo INSS.

5.3.3 Workshop Seguro Rural no Brasil - Políticas Públicas e Mudança Climática

O Workshop Seguro Rural no Brasil – Políticas Públicas e Mudança Climática foi realizado no dia 17 de junho de 2024, no Auditório Dênio Nogueira, 1º Subsolo do Banco Central. O evento foi organizado pela SMA, em parceria com o BID e os órgãos do governo federal gestores das políticas de seguro rural. Reuniu especialistas, representantes do governo e entidades do setor para debater os desafios e oportunidades do seguro rural no Brasil, com foco na integração das políticas públicas e na adaptação às mudanças climáticas.

As discussões incluíram temas como políticas de crédito e seguro rural, analisando a necessidade de maior integração e regulação para fortalecer o setor; o redesenho do Proagro e do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), com o objetivo de aumentar a eficiência e a efetividade dessas políticas; eventos climáticos e seus impactos no seguro rural, além das especificidades do seguro rural privado no Brasil, destacando desafios e oportunidades para sua expansão e aprimoramento.

O workshop proporcionou um espaço para o diálogo entre governo, setor financeiro e especialistas sobre a qualidade do gasto público e o impacto fiscal das políticas de seguro rural, enfatizando a necessidade de equilíbrio entre a sustentabilidade financeira e o apoio adequado ao setor agrícola.

5.4 Debate Público

5.4.1 Série de Seminários “Avaliação e Melhoria do Gasto Público”

A SMA tem como uma de suas principais atribuições apoiar a qualificação do debate público oferecendo resultados e recomendações geradas a partir de avaliações de políticas públicas. Para implementar essa atribuição, uma das iniciativas foi a organização de seminários com temáticas específicas, que reuniram pesquisadores, membros do governo e da sociedade civil para tratar de políticas públicas prioritárias, à luz das melhores evidências disponíveis.

A cada evento foram lançados boletins com linguagem acessível e infográficos, os quais resumiram achados e recomendações de avaliações de políticas públicas. Ao longo de 2023 e 2024, os boletins priorizaram produções do CMAP e, futuramente, poderão abranger um escopo mais amplo.

5.4.1.1 Reforma Tributária

A primeira edição da série de seminários “Avaliação e Melhoria do Gasto Público” versou sobre a Reforma Tributária. O objetivo foi reunir as melhores evidências e avaliações disponíveis para tratar dos efeitos da substituição dos impostos federais e estaduais sob o consumo por um sistema dual. Foram avaliadas no âmbito do CMAP, as desonerações de PIS/Confins sob a cesta básica de alimentos e medicamentos. Os relatórios trouxeram informações relevantes sobre possíveis impactos nos preços, consumo das famílias e variáveis macroeconômicas, como crescimento do PIB e taxas de emprego.

É possível encontrar a programação, apresentações e a gravação do seminário em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/serie-de-seminarios-201cavaliacao-e-melhoria-do-gasto-publico201d-1/1o-seminario-reforma-tributaria>

5.4.1.2 Agenda Ambiental

As alterações climáticas e seus impactos econômicos e sociais são temas que foram reinseridos à agenda do governo federal. Ao encontro desse movimento, a SMA promoveu 2º encontro da série “Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público”, com a temática ambiental como objeto de destaque. Devido a seu aspecto transversal, representantes de outros ministérios discutiram propostas para enfrentar os desafios climáticos globais, considerando a desigualdade social no Brasil e promoção do desenvolvimento sustentável. O evento gerou valor público ao valorizar e fortalecer a governança ambiental, promovendo a integração entre políticas e setores estratégicos. Além disso, ampliou a conscientização sobre mudanças climáticas e incentivou a incorporação da agenda ambiental no planejamento público, contribuindo para políticas mais eficazes e sustentáveis.

É possível encontrar a programação, apresentações e a gravação do seminário em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/serie-de-seminarios-201cavaliacao-e-melhoria-do-gasto-publico201d-1/2o-seminario-agenda-ambiental>

5.4.1.3 Igualdade Racial

Apesar de medidas para sua mitigação, a desigualdade de raça permanece visível no país. A população negra ainda apresenta piores indicadores sociais e econômicos do que a população branca. Nesse contexto, a SMA promoveu o 3º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, agora com a Igualdade Racial como elemento central. O objetivo do seminário foi colocar em pauta a necessidade de desenvolvimento de metodologias de avaliação de políticas públicas que sejam sensíveis à questão racial. Ao final, ficou evidente que o processo de implementação e os resultados das políticas públicas podem não ser os mesmos para populações negras e brancas. Urge incorporar a temática racial (e outras como gênero, idade) em todo o ciclo da política pública de modo a reduzir as desigualdades e impedir sua perpetuação.

É possível encontrar a programação, apresentações e a gravação do seminário em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/serie-de-seminarios-201cavaliacao-e-melhoria-do-gasto-publico201d-1/3deg-seminario-igualdade-racial>

5.4.2 1º Fórum Nacional de Avaliação

O 1º Fórum Nacional de Avaliação foi uma iniciativa promovida pela SMA para apresentar a gestores públicos, representantes do legislativo, judiciário e organizações internacionais, acadêmicos, organizações da sociedade civil interessados em práticas de monitoramento e avaliação o estado da arte da avaliação no âmbito do governo federal. Os produtos e atividades da SMA descritos nesse relatório foram apresentadas e discutidas no fórum. A inovação trazida pelo evento foi a percepção de que é imprescindível a inclusão dos poderes legislativo e judiciário, tanto na disponibilização de dados quanto nos processos de formulação e implementação das políticas públicas.

É possível encontrar a programação, apresentações e a gravação do fórum em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/forum-nacional-de-avaliacao/forum-nacional-de-avaliacao>

5.5 CMAP

A institucionalização da SMA em 2023 permitiu a incorporação da Secretaria Executiva do CMAP em sua estrutura além da coordenação dos CMAS e CMAG. Decorrente disso, a SMA tem participado diretamente do processo avaliativo seja na supervisão, coordenação ou na própria realização de avaliações. Assim, reportar sobre os ciclos avaliativos do CMAP é também uma forma de apresentar as atividades e entregas da SMA.

O aprimoramento da integração entre as atividades de planejamento e avaliação foi um ganho para a SMA. O PPA-2024-2027 estabelece em seu artigo 17, §1º, que *“a avaliação do PPA-2024-2027 será conduzida pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP, podendo também ser realizada pelo órgão central de planejamento e orçamento, bem como pelos órgãos setoriais, em coordenação com o CMAP, conforme definido em ato do Poder Executivo federal”*. Essa diretriz reafirma o compromisso de manter planejamento e avaliação interligados, em um processo contínuo de retroalimentação.

5.5.1 Ciclo 2022-2023

Neste ciclo, foram avaliadas 15 (quinze) políticas, sendo 7 (sete) financiadas por gasto direto e 8 (oito) via subsídio. A SMA atuou como supervisora das 15 (quinze) políticas avaliadas. Cinco políticas ficaram sob sua coordenação e 5 (cinco) foram executadas pela secretaria. A avaliação foi orientada por sessenta

perguntas que versavam sobre: desenho, diagnóstico, governança, implementação, resultado, impacto e análise financeiro-orçamentária. Ao final do processo, foram elaboradas 7 recomendações que se aplicavam a todas as políticas avaliadas. As políticas deste ciclo foram:

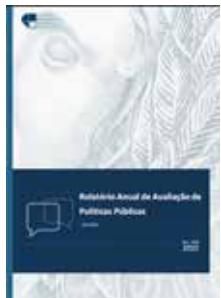
Financiadas por gasto direto:

- Exames e Avaliações da Educação Básica
- Esgotamento Sanitário em Municípios mais populosos ou RM's ou RIDE's
- Fomento à P&D e a Projetos Institucionais de C&T
- Postos de representação do Brasil no exterior
- Política Nuclear
- Financiamento de Estudos e Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação em Saúde
- Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)

Financiadas via subsídio:

- Política de Desoneração do Biodiesel
- Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Fundo de Terras e Reforma Agrária – FTRA
- Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI
- Programa de Financiamento às Exportações - Proex
- Subsídio Tributário do Programa Nacional de Apoio à Cultura
- Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas
- Programa Universidade para Todos - Prouni

O Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas Ciclo 2022- 2023 pode ser acessado em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/relatorio-anual-de-avaliacao-de-politicas-publicas/anual-de-avaliacao-ciclo-2022.pdf>

5.5.2 Ciclo 2023-2024

O ciclo 2023/2024 foi orientado pelo então recém-publicado Decreto 11.558/2023, que dentre suas diretrizes, trouxe os critérios de materialidade, criticidade e relevância para a seleção de políticas públicas, além da padronização das avaliações executivas, conforme o Guia de Análise *ex post*. A SMA atuou como responsável pela coordenação de cinco avaliações e participou na execução de seções avaliativas em todas as políticas avaliadas.

Financiadas por gasto direto:

- Programa Wifi Brasil
- Operação Carro-Pipa
- Política de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal

Financiadas por subsídios:

- Lei de Incentivo ao Esporte
- Incentivo à Operação de Usinas Termoelétricas

Financiada por gasto direto e subsídios:

- Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

As propostas de aprimoramento decorrentes das avaliações foram apresentadas e discutidas com os gestores das políticas, que em sua quase totalidade reconheceram as recomendações como construtivas e viáveis. Do ponto de vista dos Comitês (CMAS e CMAG), 64% das propostas foram consideradas prioritárias e serão acompanhadas pelo CMAP. Por fim, sugeriu-se o aprofundamento do processo avaliativo em três políticas:

- Wi-fi Brasil – Avaliação de impacto da política nas escolas e análise complementar acerca da articulação com outras as políticas que tenham como objetivo promover a conectividade significativa,
- Operação Carro-Pipa – Análise complementar, avaliando a coordenação e a articulação entre as políticas que tenham como objetivo promover o acesso à água para população no Semiárido.
- Fundo Clima – Avaliação de impacto na geração de energia renovável dos principais grupos de beneficiários da política na forma de apoio indireto.

O Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas Ciclo 2023-2024 pode ser acessado em:



<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/relatorio-anual-de-avaliacao-de-politicas-publicas/relatorio-anual-de-avaliacao-de-politicas-publicas-ano-base-2023>

5.5.3 Ciclo 2024- 2025

Este ciclo teve início em 2024 e ainda está em execução. A seleção das 8 oito políticas observou os critérios de materialidade, criticidade e relevância conforme o Decreto 11.558/2023. A SMA colaborou na coordenação e na execução de 5 (cinco) das 8 (oito) políticas (62%) As políticas submetidas à avaliação foram:

Financiadas por gasto direto:

- Serviço de Reabilitação Profissional ¹⁶
- Qualificação Viária ¹⁷
- PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ¹⁸
- IGD- Índice de Gestão Descentralizada do programa Bolsa Família e do Cadastro Único.
- Financiadas via subsídio:
 - Perse - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ¹⁹
 - FGE- Fundo Garantidor de Exportação
 - Exportação da Produção Rural ²⁰
- CEBAS-SUAS- Certificação de Entidades Beneficentes da Assistência Social do Sistema Único da Assistência Social ²¹

16 SMA participa da coordenação e execução da seção “Execução orçamentária e financeira”

17 SMA participa da coordenação e execução da seção “Execução orçamentária e financeira”

18 SMA participa da execução das seções “Resultados”, “Impacto”, “Economicidade” e “Execução orçamentária e financeira”

19 SMA participa da coordenação e execução de toda a avaliação

20 SMA participou da coordenação

21 SMA participa da coordenação e execução da seção “Execução orçamentária e financeira”

5.6 Rede de Monitoramento e Avaliação

5.6.1 Censo de M&A

Sabe-se que ministérios finalísticos e seus órgãos possuem setores que exercem atividades de monitoramento e avaliação já incorporadas na gestão de suas Políticas. Diante desse fato, uma das primeiras atividades após a institucionalização da SMA/MPO foi a realização de um diagnóstico sobre as atividades de M&A nos ministérios finalísticos. Com o apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) e do IPEA, foi realizada uma pesquisa por meio de questionários nos 38 ministérios da Administração Direta Federal. A maior parte dos ministérios afirmou possuir setores ligados a atividades de M&A. Tais setores estão em diferentes níveis hierárquicos em cada ministério, atuando cada um à sua maneira. Os resultados do censo confirmam a necessidade da institucionalização do Sistema de Monitoramento e Avaliação para que diretrizes e governança sejam pactuados entre os diferentes atores.

Os principais achados foram reunidos e analisados em documento que marca os 20 anos de monitoramento da avaliação no Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.



https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_301.pdf

5.6.2 GT de Monitoramento e Avaliação Conseplan

A SMA desempenhou um papel central na concepção e execução do **Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GT de M&A) do Conseplan**, iniciativa estratégica voltada para o fortalecimento da governança das políticas públicas nos estados brasileiros. Com o apoio do Itaú Social, a SMA atuou na estruturação do GT, promovendo espaços de diálogo e capacitação para aprimorar a cultura de avaliação nos entes subnacionais. O GT de M&A tem como objetivo principal a análise contínua da implementação de políticas públicas e programas governamentais, assegurando seu alinhamento ao Plano Plurianual (PPA) e ao planejamento estratégico de cada estado. Além disso, os diagnósticos elaborados pelo grupo identificaram desafios recorrentes, como as limitações na troca de experiências e boas práticas entre os estados.

Diante desse cenário, o GT foi estruturado para incentivar a **integração e a colaboração federativa**, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo e fortalecimento institucional das unidades de monitoramento e avaliação estaduais. A iniciativa tem contribuído para aprimorar metodologias avaliativas, qualificar a tomada de decisão baseada em evidências e ampliar a articulação entre os entes federativos na implementação e avaliação de políticas públicas bem como na partilha de resultados avaliativos.

O GT já conta com a participação de 25 dos 27 estados e entre suas principais entregas se destacam o diagnóstico da situação dos estados em relação ao M&A, 7 oficinas de alinhamentos conceituais e uma publicação voltada a consolidar o entendimento dos membros em relação a prática.

Mais informações sobre o GT estão em:



<https://conseplan.org.br/monitoramento-avaliacao-2/>



6

Presença na Mídia e Eventos

6

Presença na Mídia e Eventos

Com o objetivo de expandir e engajar o debate da avaliação para a sociedade, o secretário da SMA participou da elaboração de artigos de opinião publicados no Jornal “**Folha de São Paulo**”.

No primeiro, **Avaliação de políticas e qualidade do serviço público**, de agosto de 2023, o Secretário da SMA explica como se dá o ciclo avaliativo do CMAP e a importância das recomendações decorrentes das avaliações para o aprimoramento da qualidade do serviço e do gasto públicos.

O artigo pode ser acessado em:



Avaliação de políticas e a qualidade dos serviços públicos
Artigo de opinião contendo pesquisas, experiências e reflexões
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos – SMA/MPO

Avaliação de políticas e a qualidade dos serviços públicos - 20/08/2023 - Opinião - Folha

Artigo Folha
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos – SMA/MPO

Avaliação de políticas públicas é essencial. As recomendações das avaliações, ao longo de sete a oito meses de gastos, levam em conta as ações públicas que geram, com eficiência, os resultados desejados. Os gastos diretos de subsídios financeiros, condições e incentivos para a economia do país. Executivos federais e estaduais realizam ações para a melhoria contínua das políticas públicas.

[Avaliação de políticas e a qualidade dos serviços públicos - 20/08/2023 - Opinião - Folha](https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/08/avaliacao-de-politicas-e-a-qualidade-dos-servicos-publicos-1873327.shtml)

O seminário Agenda Ambiental, um dos componentes da Série de Seminários “**Avaliação e Melhoria do Gasto Público**” teve sua importância divulgada no jornal. No artigo “**A agenda ambiental do Governo e a qualidade do gasto público**”, o Secretário da SMA e secretária da SPLAN, na época Leany Lemos, deram exemplo de avaliações de políticas públicas ligadas à temática ambiental financiadas via subsídios, no sentido de transparência dos impactos dos subsídios na economia do país.

O artigo pode ser acessado em:



A agenda ambiental do governo e a qualidade do gasto público
Artigo de opinião contendo pesquisas, experiências e reflexões
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos – SMA/MPO

A agenda ambiental do governo e a qualidade do gasto público - 23/11/2023 - Opinião - Folha

Artigo Folha
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos – SMA/MPO

A agenda ambiental do Governo Federal tem sido reconhecida nos últimos meses. Há várias ações sérias e políticas tendo diferentes e inovadoras, e outras sendo restauradas. O Ministério da Sustentabilidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (MMA) é um exemplo disso.

[A agenda ambiental do governo e a qualidade do gasto público - 23/11/2023 - Opinião - Folha](https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/11/a-agenda-ambiental-do-governo-e-a-qualidade-do-gasto-publico-1903327.shtml)

No artigo **Cashback da reforma tributária será parceiro do Bolsa-Família**, de maio de 2024, juntamente com a subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Débora Freire Cardoso, e a secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Letícia Bartholo, o secretário da SMA exaltou os efeitos sociais do programa Bolsa Família (PBF) como um seguro contra fome e pobreza extrema, além do seu papel como multiplicador do crescimento econômico. O artigo se torna necessário e pertinente ao defender o gasto público em políticas da Assistência Social.

O artigo pode ser acessado em:



[Cashback da reforma tributária será parceiro do Bolsa Família - 15/05/2024 - Ilustríssima - Folha](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/15052024-cashback-da-reforma-tributaria-sera-parceiro-do-bolsa-familia-15052024-115.html)

É preciso intensificar monitoramento do risco de catástrofes.

Este artigo enfatiza a necessidade de aprimorar o monitoramento de riscos de desastres naturais no Brasil, especialmente após eventos trágicos como o rompimento da barragem em Brumadinho. Destaca, ainda, a importância de fortalecer instituições como o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e implementar políticas públicas eficazes para prevenir e mitigar os impactos de catástrofes naturais.

Acesse em o artigo em:



<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2024/08/e-preciso-intensificar-monitoramento-do-risco-de-catastrofes.ghtml>

Uma visão sistêmica do monitoramento e da avaliação de políticas públicas”

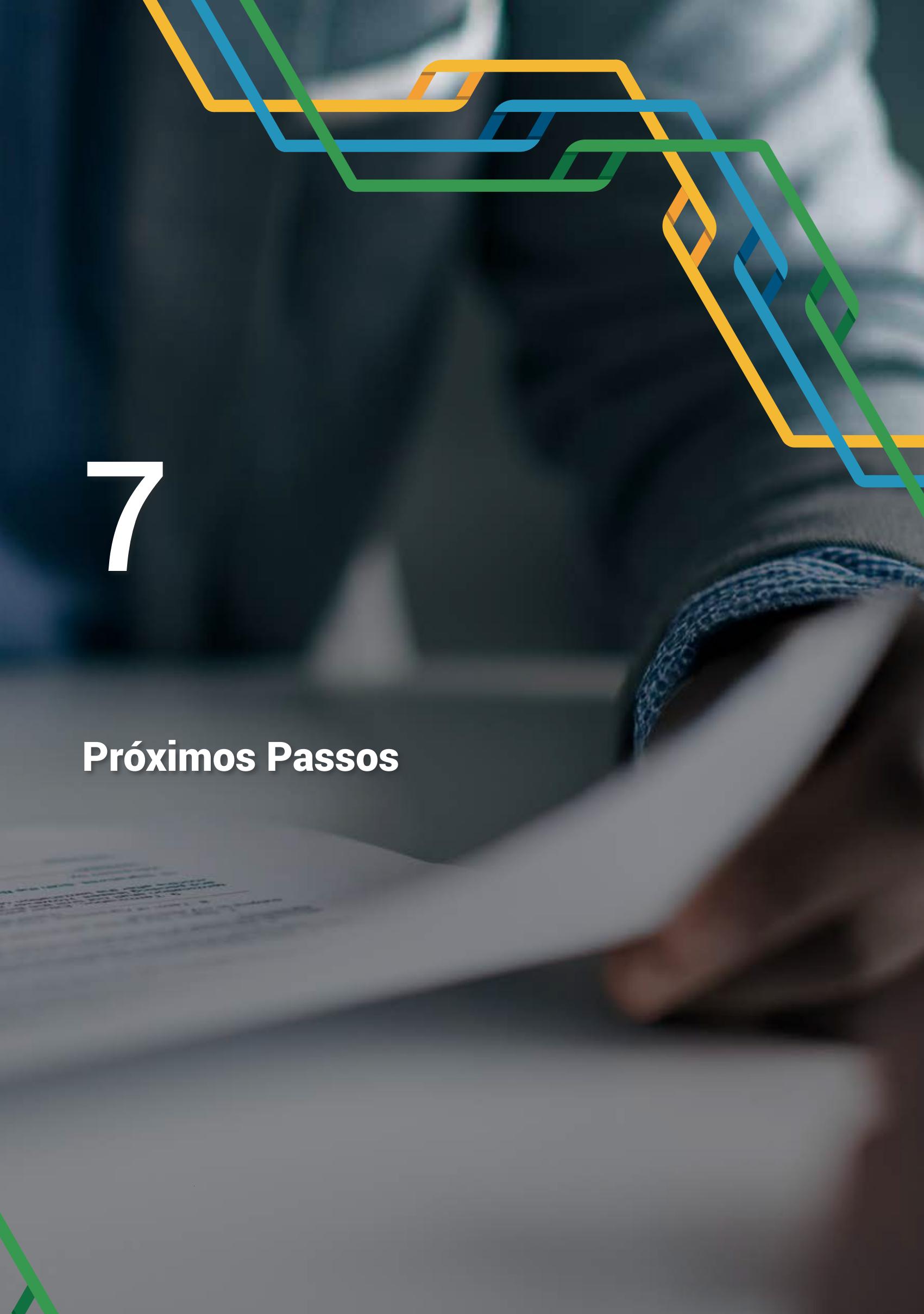
Aqui, é abordada a importância de se adotar uma abordagem sistêmica no monitoramento e avaliação de políticas públicas, enfatizando que essas práticas devem ser contínuas e integradas ao ciclo completo das políticas. Destaca-se a necessidade de uma cultura de avaliação que envolva transparência, participação social e uso efetivo dos resultados para aprimorar a gestão pública e a efetividade das políticas implementadas.

Acesse o artigo em:



<https://www.jota.info/artigos/uma-visao-sistemica-do-monitoramento-e-da-avaliacao-de-politicas-publi>





7

Próximos Passos

7

Próximos Passos

7.1 Projetos do Planejamento Estratégico Institucional MPO para 2025

Muitos dos próximos passos e entregas da SMA estão relacionados aos seus projetos para o ano de 2025. Foram propostos 5 projetos, que fazem parte da cartela de projetos considerados prioritários pelo MPO para 2025. Alguns são continuidade de projetos iniciados em 2024.

Projeto 01- Atualização dos Guias de Análise *ex ante* e de Avaliação *ex post*

Diante da evolução contínua do campo da avaliação de políticas públicas e das transformações tecnológicas, o CMAP prevê a atualização dos Guias de Avaliação *Ex Ante* e *Ex Post*. Essa iniciativa busca atualizar o conteúdo, incorporar novas ferramentas e perspectivas no campo da avaliação, aprimorar a clareza e a aplicabilidade das orientações e garantir a inclusão de contribuições de usuários e especialistas. A revisão dos guias fortalecerá a capacidade avaliativa do governo federal, assegurando que os instrumentos permaneçam relevantes e alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais.

P 02- Catálogo de Políticas Públicas

Em 2020, o IPEA realizou o mapeamento e a sistematização de todas as políticas públicas do Poder Executivo Federal no Catálogo de Políticas Públicas. No entanto, apesar dos esforços para a promoção da transparência passiva, ainda é preciso divulgar para a sociedade a associação entre as políticas públicas e seu respectivo orçamento. Daí, surge o projeto 02, que trata da integração do Catálogo às variáveis e atributos utilizados na elaboração do orçamento federal. O novo Catálogo permitirá o monitoramento e a avaliação dessas políticas sob este prisma, o aumento da transparência, além de otimizar a eficiência na tomada de decisões pelo CMAP.

P 03- Avaliação e Melhoria do Gasto Público

Trata-se da sistematização dos achados produzidos por avaliações e auditorias de políticas públicas selecionadas por sua relevância no debate de qualidade do gasto público. Além dessa sistematização, o processo envolve diálogos constantes com os órgãos gestores para a identificação de oportunidades de melhoria no curto e médio prazo (horizonte de 2 a 3 anos). A revisão de gastos e a discussão sobre esse tema justifica-se na premissa de que os recursos públicos devem ser utilizados de modo responsável, eficiente e sustentável e levando em consideração a equidade, a justiça fiscal e a resiliência climática. Os resultados e benefícios esperados são o aprimoramento no desenho e implementação de políticas além melhor alocação orçamentária.

P 04- Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP)

O desenvolvimento da MAPP foi iniciado em 2024. As fases iniciais do projeto compreenderam o desenvolvimento da ferramenta e testes iniciais em uma amostra de 13 (treze) políticas. Para até julho de 2025, está prevista a aplicação da ferramenta em 120 políticas selecionadas. A partir daí, serão realizados ajustes necessários para a então consolidação da MAPP e sua publicização em plataforma.

P 05- Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SM&A)

Observa-se que o processo avaliativo no âmbito da União ocorre de modo fragmentado, descoordenado e na ausência de parâmetros e metodologias predefinidos. Daí, justifica-se a necessidade da criação de uma Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. É necessário criar mecanismos práticos de governança, responsabilidades e formas de articulação entre os diversos órgãos federais, considerando suas capacidades estatais e a inserção da avaliação nos seus respetivos planejamento e orçamento.

Como exposto anteriormente, este projeto tem sido discutido e conduzido no GT criado no âmbito da SMA. Já foi realizado diagnóstico sobre o *status* atual do monitoramento e avaliação no governo federal. No momento, o projeto está na fase de estudo sobre qual o instrumento legislativo mais viável para a materialização do Sistema.

7.2 Outros projetos previstos para 2025

Durante oficina de planejamento realizada em janeiro de 2025, outros projetos foram propostos e incluídos no rol de ação da SMA. Apesar de não constarem do PEI, tais projetos foram considerados importantes para a secretaria.

7.2.1 Aplicativo BORA

O BORA é um aplicativo gratuito criado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 2022 para conectar gestores e pesquisadores interessados em políticas públicas. Ele pode ser usado tanto por quem desenvolve projetos de pesquisa nessa área quanto por pesquisadores que desejam colaborar. O aplicativo conta com um algoritmo de conexões que analisa os perfis cadastrados, considerando áreas de interesse, habilidades, experiências e objetivos de pesquisa. Com base nesses critérios, ele sugere combinações entre projetos e pesquisadores com afinidades, aumentando as chances de uma colaboração produtiva e bem-sucedida. A conexão acontece quando ambas as partes demonstram interesse. Assim que isso ocorre, o aplicativo envia uma notificação para ambos, orientando sobre os próximos passos para iniciar o contato e a colaboração.

Apesar da intenção em estimular a prática da avaliação, o aplicativo não foi divulgado pela ENAP, caindo em desuso. Entretanto, sua proposta vai de encontro à necessidade de formar um banco de avaliadores

identificada pela SMA. Desse modo, foram iniciadas tratativas com a ENAP para uma possível retomada do uso do aplicativo.

Para acessar a versão atual do aplicativo BORA, para o sistema Android, acesse:



https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.enap.bora&hl=pt_BR

7.2.2 Atualização trilha de aprendizagem “Avaliação de Políticas Públicas” e do curso “Avaliação ex post de Políticas Públicas” oferecidas pela ENAP

Levantamento realizado pela SMA identificou a ausência da participação da secretaria como conteudista nos cursos cujo tema é M&A. Além disso, observou-se que o conteúdo dos cursos está desatualizado e, talvez, desalinhado com a concepção atual de avaliação adotada pelo Governo Federal.

Desse modo, este é mais um projeto pensado para a SMA para os próximos anos: atualização de tais curso e aumento do protagonismo da secretaria em ações de capacitações. Viu-se nesse projeto uma oportunidade para a inclusão da atualização dos Guias, a divulgação da MAPP e a inserção da Revisão de Gastos e a Gestão e Uso da Avaliação como conteúdo dos cursos.

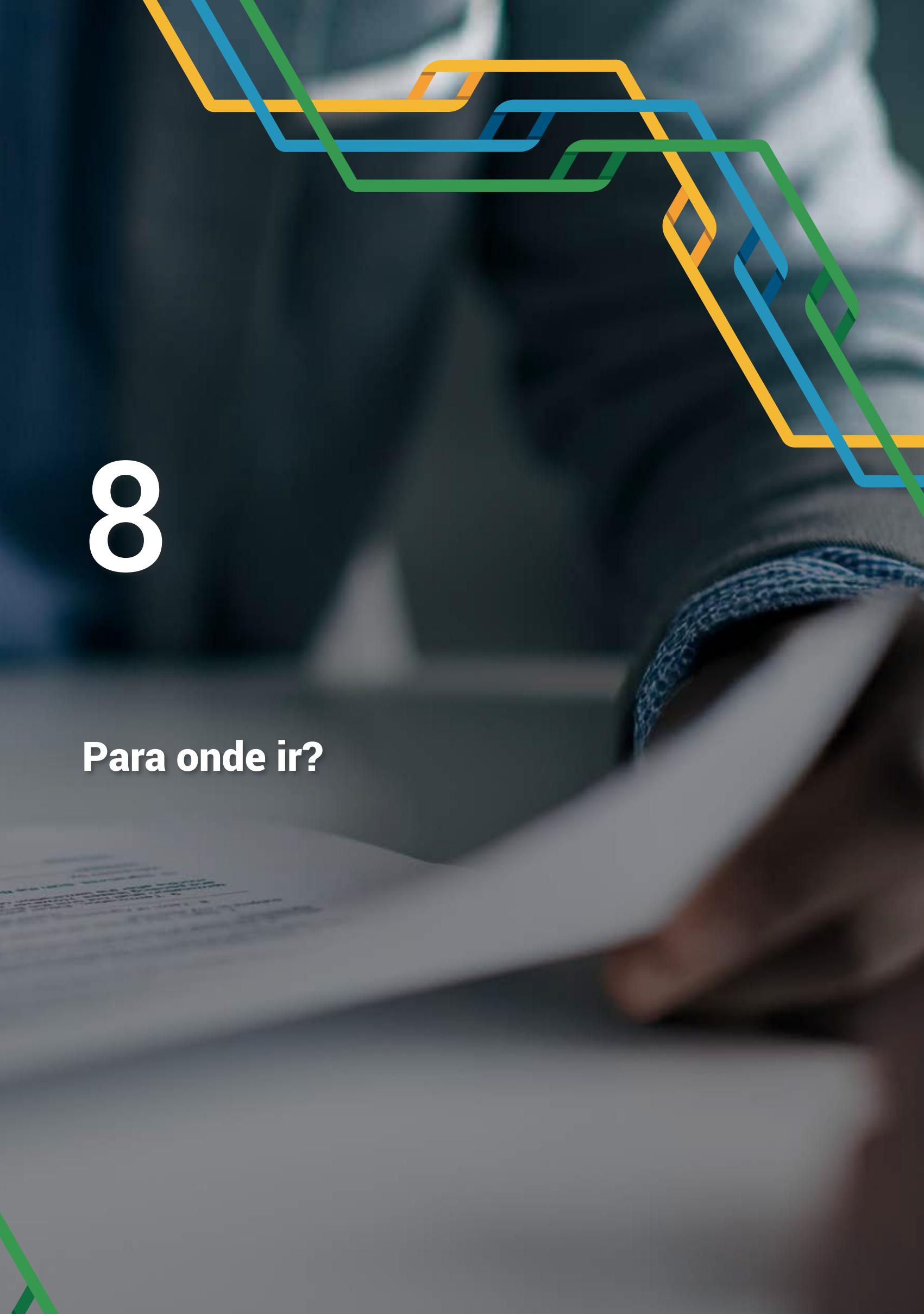
7.2.3 Ambiente Seguro de Análise de Políticas Públicas

Estruturar um ambiente seguro de análise de dados que permita a avaliação de políticas públicas não apenas por avaliadores do próprio ministério, mas também por pesquisadores e consultores de outras instituições, é uma necessidade da secretaria

Para tanto, faz-se necessário conceber uma infraestrutura e metodologia de trabalho que levem em consideração requisitos de segurança e de tratamento de dados que atendam à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados pessoais) e contemple o ciclo de vida dos dados, envolvendo controles de acesso, instrumentos de anonimização, ferramentas de visualização e compartilhamento de dados.

A construção efetiva de tal ambiente de análise de políticas públicas, com sua respetiva metodologia de trabalho, pelas próprias etapas intermediárias necessárias à sua concretização, representaria um aprimoramento significativo no ecossistema de avaliação de políticas públicas.





8

Para onde ir?

8

Para onde ir?

Este relatório reflete o compromisso da SMA/MPO com a melhoria contínua das políticas públicas e a eficiência do gasto público, sempre tendo em mente a responsabilidade da gestão em utilizar os recursos públicos de modo que atendam às demandas da população.

As ações e entregas apresentadas neste documento representam os instrumentos pelos quais esses objetivos são perseguidos. Cada iniciativa descrita reflete o esforço contínuo em aprimorar processos, fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências e promover ganhos sociais por meio da alocação qualificada dos recursos.

Dessa forma, este relatório vai além da apresentação dos resultados alcançados em dois anos pela SMA, mas reforça sua intenção em institucionalizar, difundir e consolidar a avaliação em âmbito federal e, posteriormente, nacional.



SECRETARIA DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E
ASSUNTOS ECONÔMICOS

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO